

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

--- Aos catorze dias de novembro de dois mil e dezasseis reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guida Maria Vieira Martins (BE), Humberto da Silva Ramos (PTP), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Manuel Nélio Vicente Pereira (PS), Marco Nuno Franco Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Ângelo Alberto de Araújo Silveira, Filomena Maria Teixeira Gonçalves e Gonçalo Nuno Pimenta Camacho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, Herlanda Maria Gouveia Amado, e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Carlos Alberto Rodrigues, Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, Duarte Paulo Quintal, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, José Agostinho Freitas Baptista, Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Elisabete Mendonça Andrade, Marisa Maria P. Santos e Costa, Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira e Rui Nuno Barros Cortez. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira do PPD/PSD. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues; Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, João José Sales F. Correia, José Manuel Sousa Rodrigues e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a Chefe de Divisão de Atendimento e Administração da autarquia, Catarina Isabel Sousa Pereira, designada para elaborar a ata desta sessão. ----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

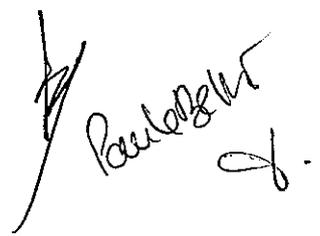
1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. O Deputado Municipal Rui Alberto Garanito Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Francisco Ilídio Rebolo de Castro. -----

1.2. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Duarte Paulo Quintal. -

1.3. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por José Agostinho Freitas Baptista. -----

1.4. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro. -----



1.5. O Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído por Humberto da Silva Ramos. -----

1.6. O Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Marco Nuno Franco Freitas. -----

1.7. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

1.8. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes da Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência sendo substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.9. – O Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -

1.10. O Deputado Carlos Alberto Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Carlos Miguel Encarnação Gonçalves. -----

1.11. O Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, eleito pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ângelo Alberto de Araújo Silveira. -----

1.12. David João Rodrigues Gomes, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia. -----

2. EXPEDIENTE: -----

2.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- Os Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Machico enviaram um convite para a Sessão solene do Dia do Concelho, se realizou no dia nove de outubro de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite para a cerimónia do 20º Aniversário de geminação Cidades do Funchal e Fremantle (Austrália), que se realizou no

dia dez de outubro de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviou os seguintes convites: --

- Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia dezasseis de outubro de dois mil e dezasseis.-----
- Sessão Pública de atribuição da MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS ao Dr. Alberto João Gonçalves Cardoso Jardim, que se realizou no dia dezanove de outubro de dois mil e dezasseis. -----
- Cerimónia do Hastear das Bandeiras Verdes, que se realizou no dia onze de novembro de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal enviou um convite para a Conferência subordinada ao tema “Prevenir, proteger, crescer em contexto familiar”, que se realizou no dia dez de outubro de dois mil e dezasseis, tendo como um dos oradores convidados, o Senhor Deputado Municipal Américo Silva Dias, como representante da Assembleia Municipal na CPCJ. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos e o Comandante Operacional da Zona Militar da Madeira enviaram um convite para participação na 2ª Conferência de Segurança e Defesa, com o tema “A cooperação entre as FA e as FSS no combate às ameaças transnacionais em Portugal-atualidade e prospetiva”, que se realizou nos dias onze e doze de novembro de dois mil e dezasseis. -----

- O Presidente da Direção do Núcleo do Funchal da Liga dos Combatentes, Tenente-Coronel Bernardino Laureano, enviou um convite para as cerimónias comemorativas, do 98º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, 42º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar, 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e Evocação do Centenário da Grande Guerra, que se realizou no dia onze de novembro de dois mil e dezasseis. -----

- Os Órgãos Sociais e o Comando dos Bombeiros Voluntários Madeirenses enviaram um

convite para o 90º Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Madeirenses, que decorrerá no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis. ----

3. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF: -----

3.1. Do PCP/PEV- CDU: -----

- Pedido de esclarecimento sobre a situação da inscrição para habitação social de: -----

- Maria Irondina de Abreu. -----
- Luís Miguel Gomes Vieira. -----

3.2. Do CDS-PP: -----

- Requerimento a solicitar listagem completa com a identificação dos Edifícios públicos camarários, que vão ser objeto de intervenção pela Câmara Municipal do Funchal ao abrigo do ARU. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia o pedido do **município Fernando Rodrigues Góis**, para intervir no período de intervenção do público. -----

Sendo-lhe dada a palavra, este começou por dizer que veio àquela Assembleia para apresentar o seu desagrado e descontentamento por estar a ser feita uma obra clandestina, que não tem licença nem projeto, viola o PDM e não respeita os afastamentos quer da estrada quer do seu terreno, sito ao Caminho da Azinhaga, nº 4, Álamos, no qual investiu sete mil euros num projeto de construção, que embora cumpra todas as condições exigidas pela Câmara Municipal do Funchal, infelizmente não pode dar continuidade devido a ser um dos lesados do BES e o seu dinheiro lá ter ficado retido. -----

Depois criticou a delonga na atuação da Autarquia após a sua reclamação, pois a obra continua, não respeitando aquela Instituição, e embora já tenha recorrido ao Tribunal, pediu ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador das Obras, que dê ordem de

demolição imediata da referida obra, estando o próprio disponível para custear essa demolição. -----

Concluiu prevenindo que enquanto aquela situação não se resolver, marcará presença naquela Casa em defesa dos seus direitos, sempre que se realizar Sessões da Assembleia e Reuniões Públicas da Câmara. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que por sua vez a passou ao **Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues**, para prestar os seguintes esclarecimentos ao Munícipe interveniente: -----

- Em dois mil e onze foi aprovado um projeto que caducou por não apresentar as especialidades. -----

- Como tal, a Fiscalização atuou embargando a obra e elaborando a respetiva contra - ordenação. -----

- Por haver um não cumprimento ao embargo, neste momento há um despacho de nova contra – ordenação. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** iniciando o Período de Antes da Ordem do Dia, informou os (as) Senhores (as) Deputados (as) que deu entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia, uma **Proposta de Resolução enviada pelo Grupo Municipal do CDS-PP**, visando a **Criação e Regulamentação do Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços** e uma **Proposta de Recomendação apresentada pelo GMM** recomendando **eleger um Representante das freguesias na Comissão de Proteção Civil Municipal**, que irão ser votadas no final do PAOD. -----

De seguida abriu o período de inscrições, para que os diferentes grupos municipais possam se pronunciar sobre as mesmas e sobre outros assuntos que considerem pertinentes. ----

INSCRIÇÕES: -----



1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP apresentou a proposta de resolução sobre a criação e regulamentação do conselho municipal de turismo, comércio e serviços, nos seguintes termos: “O Setor do Turismo desempenha um papel fundamental na economia da Região Autónoma da Madeira, envolvendo diversos setores da atividade económica, incluindo hotelaria, operadores turísticos, agências de viagem, restauração, comércio, portos, aeroportos, companhias aéreas, empresas de transporte, empresas de animação turística, estabelecimentos de ensino e entidade governamentais. Estima-se que o impacto global do setor na economia da RAM nos últimos anos represente aproximadamente 30% do VAB gerado, 24% do PIB e mais de 15% do total de emprego da Região. -----

O Funchal, enquanto capital e principal porta especialmente no segmento de navios cruzeiro, tem especiais responsabilidades no desenvolvimento de uma política de desenvolvimento das atividades turísticas e captação de novos segmentos do mercado. -- Considerando que o sucesso do setor passa pelo entendimento, pela concertação e pela união de forças entre Governo Regional, Autarquia, Associações Empresariais, Universidade Públicas e Privadas, sediadas no Concelho do Funchal, e da própria Sociedade Civil, entende-se fundamental a criação de um órgão que a todos represente e a todos possa reunir. Surge então com grande grau de pertinência a existência de um Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços que vise essencialmente o desenvolvimento das políticas públicas eficientes e democráticas na cidade do Funchal. -- Um Conselho Municipal nesta área, de natureza consultiva, terá como principal objetivo aconselhar e orientar os gestores na definição de políticas públicas nesta área para que as melhores decisões sobre a estratégia ao nível do Turismo na cidade do Funchal sejam conscientemente tomadas. -----

A importância do Conselho está no seu papel de fortalecimento da participação democrática

da população, entidades associativas, universidades, na formulação de propostas que venham implementar uma série de políticas públicas na área da promoção, divulgação, iniciativas em nome do interesse público, sendo estas coordenadas e vinculadas ao representante do Governo Regional, com vista a não duplicar ações existentes dentro e fora da cidade do Funchal. -----

Este Conselho, composto por representantes dos variadíssimos setores ligados a esta atividade, terá como finalidades essenciais: -----

1 – Coordenar, incentivar, promover e executar ações pertinentes ao desenvolvimento do turismo dentro da área do município; -----

2 – Estudar e propor à Administração Municipal medidas de difusão e amparo ao Turismo, Comércio e Serviços, em colaboração com as entidades governativas regionais; -----

3 – Sugerir e Orientar à Administração Municipal ações relacionadas à criação e preservação dos pontos turísticos na cidade do Funchal; -----

4 – Promover junto das entidades da classe campanhas no sentido de incrementar o turismo Municipal; -----

5 – Agregar o maior número de entidades de cada segmento para trabalharem em conjunto na divulgação e promoção do Turismo no município; -----

6 – Captar recursos para programas, projetos e ações para as atividades turísticas; -----

7 – Desenvolver ações e campanhas de consciencialização turística para a população em geral; -----

8 – Aprovar pareceres e recomendações a remeter a todas as entidades que julgue oportunas e diretamente relacionadas com as questões do Turismo; -----

9 – Promover o debate sobre a promoção turística do Concelho; -----

10 – Acompanhar o desenvolvimento das propostas do Executivo, constantes no Programa Revitalização do Comércio na cidade do Funchal, Programa de apoio ao Turismo apoiado



pela Secretaria de Estado do turismo; -----

Deste modo e pelo exposto, o CDS-PP Madeira vem propor que a Assembleia Municipal do Funchal, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do seu Regimento, recomende que a Câmara Municipal do Funchal delibere, ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 33º e da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte: **criação e regulamentação do Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços.** -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM sobre a proposta de recomendação da sua bancada disse o seguinte: “Os incêndios do passado mês de agosto mostraram que há uma clara necessidade de envolver mais as Juntas de Freguesia no Serviço Municipal de Proteção Civil, o papel prestado pelas freguesias foi muito importante e assim no nosso entender, achamos que seria conveniente que o Serviço Municipal de Proteção Civil passasse a integrar elementos das Juntas de Freguesia. -----

Porque também, o artigo 13º do Decreto Legislativo Regional nº 16/2009M, de 23 de junho, diz que poderão estar Representantes de outras entidades e serviços implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da RAM, contribuir para as ações da proteção civil. -----

Também o artigo 7º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, diz que as freguesias têm ação na área de proteção civil. -----

Assim, com a junção destes dois decretos achamos que seria positivo que as Juntas se envolvessem. -----

Como tal, propomos que passe a integrar pelo menos um elemento, ou mais, das Juntas de Freguesia, eleito por esta Assembleia”. -----

3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD

interveio para referir-se sobre a colaboração que os (as) Arquitetos (as) podem dar ao Município, na recuperação dos edifícios afetados pelos incêndios, porque já recebeu duas convocatórias da Ordem dos Arquitetos a apelar à colaboração, mas por considerar que esse apelo está muito elaborado e muito burocratizado não tem colaborado -----
Para além de que parece-lhe que as coisas estão um bocadinho desfasadas da realidade, porque há muitos Arquitetos (as) que têm os ateliês encerrados, e um projeto de arquitetura não é propriamente uma coisa que se faça em casa, ou sem a ajuda de mais técnicos. ----
Como tal, perguntou se por acaso foi posta a hipótese de essa colaboração ser dada na própria Câmara, ou junto do Gabinete de Recuperação que foi criado porque é muito mais fácil deslocarem-se onde estiver a funcionar esse Gabinete ou aos Serviços da Câmara. Todavia, surpreende-se que com os vinte e tal excelentes Arquitetos (as) que a Câmara tem e que estão dentro dos procedimentos administrativos, ainda seja necessário criar uma comissão para aquela recuperação. E que se os mesmos não chegam, têm por obrigação convocar os Arquitetos (as) do Governo Regional, que são mais outros tantos e entre todos seria muito fácil responder àquele assunto, avançando mais e muito mais depressa do que aquilo que estão a fazer. -----

4 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

começou por referir que embora estejam plenamente de acordo com a criação de Conselhos Municipais para ajudar a desenvolver o trabalho e a atividade do Município do Funchal, verificou um conjunto de incongruências na proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, tais como: -----

- A referência a universidades públicas e privadas; -----
- Dirigem-se aos gestores quando deveria de ser à Câmara Municipal; -----
- O regulamento deveria de ser corretamente apresentado, referindo-se à Câmara Municipal e não à Administração Municipal; -----



- A demonstração da opinião centralista que o CDS-PP tem em relação à Autonomia do Poder Local, quando diz: "A importância do Conselho está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população, entidades associativas, universidades, na formulação de propostas que venham a implementar uma série de políticas públicas na área da promoção, divulgação, iniciativas em nome do interesse público, sendo estas coordenadas e vinculadas ao representante do Governo Regional, com vista a não duplicar ações existentes dentro e fora da cidade do Funchal". Porque sendo um órgão consultivo, e a exemplo de outros conselhos consultivos que existem a nível nacional, há sempre uma referência a não vincular qualquer decisão daquele órgão consultivo, porque em última instância quem decide é a Câmara Municipal. -----

Assim, tendo em conta que estão de acordo em algumas das considerações que também passam por aquele documento, deixou um repto à bancada do CDS-PP se poderá eventualmente apresentá-lo para a próxima sessão ordinária daquela Assembleia, de modo a que possa ser reestruturado. -----

5 – O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM começou por reportar-se a uma notícia inserta no Diário de Noticias da Madeira de quatro de outubro do corrente ano, onde o Senhor Deputado Carlos Rodrigues do PPD/PSD profere atoardas contra o Presidente daquela Autarquia, tais como: -----

1 - Destaque da notícia: *O Deputado diz que Cafôfo quer apenas fomentar guerrilha com o Governo Regional.* -----

Assim, para aquele Deputado, fomentar a guerrilha é: -----

- Reivindicar os cinco milhões de IRS que o Governo Regional deve àquela Câmara, quando o próprio Dr. Miguel Albuquerque reconheceu e também os reivindicou ao Governo do Dr. Alberto João Jardim. -----

- Quando o Presidente Dr. Paulo Cafôfo solicitou ao Governo do Dr. Miguel Albuquerque

que unisse esforços para ajudar os funchalenses vítimas dos incêndios de agosto, e aquele fez ouvidos de mercador para não repartir com aquele Município as verbas de donativos auferidos, numa tentativa de passar a mensagem aos funchalenses que as ajudas distribuídas foram apenas do Governo Regional e que a Câmara Municipal do Funchal nada fez para ajudar. -----

2 - Segundo passo da notícia: *O PSD Madeira acusa Paulo Cafôfo de estar mais preocupado com a luta do Partido Socialista do que com as próprias eleições autárquicas.*

Questionou o Senhor Deputado Carlos Rodrigues quando é que ouviu o Dr. Paulo Cafôfo proferir na praça pública algo para fragilizar o líder do PS-Madeira? -----

3 - Terceiro ponto da notícia: *Acusa-o de passar 3 anos sem fazer nada deixando que a cidade do Funchal se tornasse num modelo de má gestão, de intolerância, incompetência e de caos generalizado.* -----

Como tal lembrou ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues o seguinte: -----

- Quem abateu trinta e seis milhões de euros de dívida, aos cem milhões de euros que a governação do PPD/PSD deixou? -----

- Esqueceu-se dos investimentos já realizados, dos que estão neste momento a ser realizados e dos que estão projetados para o próximo ano? Do programa de pagamentos a fornecedores a tempo e horas? Do plano de ordenamento da cidade? Da aposta no Turismo que já começou a dar frutos? -----

E sobre o caos generalizado, considera que assentam perfeitamente no tempo em que o PPD/PSD governava aquela Autarquia e o Governo Regional, porque em todos aqueles órgãos de governação usavam e abusavam da sua maioria absoluta. -----

4 – Continuando a notícia diz: *nos últimos 3 anos o Presidente da Autarquia não fez nada pelos idosos nem pelos comerciantes nem pelas zonas altas da cidade.* -----

Assim, voltou a lembrar ao Senhor Deputado os programas sociais que aquele Executivo

tem desenvolvido: -----

- O Orçamento Participativo, o Apoio nos Medicamentos para os Idosos, o Câmara à Porta, a Comparticipação no pagamento das Rendas para os mais necessitados entre outros programas em andamento, incluindo os investimentos nas zonas altas. -----

5 – A notícia diz ainda: *depois de afastar todos os que o incomodavam, Vereadores que tinham sido eleitos com ele, Presidente da Assembleia Municipal e alguns funcionários da Câmara, povoou as empresas municipais com camaradas e amigos.* -----

Questionou se os Vereadores a que se refere são o Senhor Gil Canha, a Dra. Filipa Jardim Fernandes e o Senhor Edgar Silva? -----

Porque se são, não compreende o que o fez mudar de ideias, uma vez que os consideravam perigosos extremistas que iriam provocar o colapso do Município do Funchal. -----

6 - Por fim: *Carlos Rodrigues acusa ainda Paulo Cafôfo de gastar o que tem e o que não tem em marketing, em auto promoção e de espatifar dinheiro em viagens sem qualquer nexo ou explicação plausível e com resultados práticos zero enquanto a cidade vive momentos dramáticos.* -----

Sobre estas afirmações considera que o Senhor Deputado Carlos Rodrigues está a recordar-se do tempo do seu ex-líder e atual Presidente do Governo Regional. -----

Por isso, aconselhou o Senhor Deputado Carlos Rodrigues a ser mais comedido nas suas afirmações públicas, porque tais afirmações são absolutamente infundadas, estéreis e proferidas por pessoas ressabiadas e de uma cobardia política sem limite. -----

Terminou apresentando àquela Assembleia, em seu nome e em nome dos Deputados do GMM, um violento repúdio por tão descabidas afirmações. -----

6 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM pronunciou-se sobre a Proposta de Recomendação do CDS-PP, dizendo que a mesma apresenta um conteúdo muito confuso em relação às responsabilidades manifestas, para além de, como

disse a Senhora Deputada Herlanda Amado, ter uma visão centralista em relação ao papel da Câmara sobre o Turismo. -----

Assim, em nome do GMM também propõem que aquela proposta seja reformulada, que criem a sua regulamentação e que a tragam numa próxima Assembleia, ou então que seja votada só a parte final da mesma porque é a única parte que estão de acordo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** começou por esclarecer a Senhora Deputada Guida Vieira que a criação do Conselho Municipal de Turismo, foi proposto pelo Senhor Presidente daquela Câmara em dois mil e treze mas nunca o executou durante aqueles três anos de mandato. -----

Depois pediu que a Senhora Deputada o esclareça onde é que aquela proposta, do ponto de vista jurídico fere as autonomias do Poder Local, porque segundo o que leu no Regime Jurídico das Autarquias Locais, não encontra nenhum ponto que fira as suscetibilidades da autonomia do Poder Local face à área do Turismo. -----

Sobre a execução das ações referidas no documento, serão sempre coordenadas com o Presidente do Conselho Municipal de Turismo e com o Senhor Presidente da Câmara que é quem tem a tutela do Turismo da Cidade do Funchal, e quem tem poderes orçamentais e logísticos para executar a ação, segundo a regulamentação que será feita com a proposta de todos os partidos sob orientação da Câmara. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta que o que o mesmo acabou de dizer na sua intervenção não está em divergência com a Lei, mas sim com o que está escrito na Proposta que diz que aquele Conselho tem como finalidade essencial coordenar, promover, executar e captar recursos para programas e tudo isso compete ao Executivo. -----

Como tal, o que o Senhor Deputado disse só veio dar razão ao que a mesma tinha dito anteriormente. -----



7 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM começou por realçar a conferência “Prevenir, Proteger e Crescer em Contexto Familiar”, promovida pela CPCJ do Funchal – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com o apoio daquela Autarquia, tendo participado vários oradores entre os quais o Deputado Municipal Américo Dias. -----

Congratulou-se também por o Funchal a partir do próximo ano, passar a ser uma cidade parceira da UNICEF enquanto Cidade Amiga das Crianças. Pois considera aquela questão fundamental, porque ouvir as crianças é um passo importante para a construção de uma cidade para todos e com futuro. -----

Depois manifestou a sua preocupação na questão da Defesa do Património da Cidade, nomeadamente das obras nas ribeiras do Funchal, porque embora tenha havido um recuo significativo, o mesmo deveria de ter sido muito mais cedo, para que não se tivesse destruído pontes centenárias, onde não se respeitou a história e a entidade de uma cidade. Como tal, os Senhores (as) Deputados (as) da maioria que suporta o Governo Regional que tiveram como comportamento o silêncio, deveriam naquela Casa pedir desculpa por não terem tido mais cedo uma atividade pressionante sobre o Governo Regional, para que não realizasse aquele atentado irreparável ao Património da Cidade do Funchal. -----

Aludiu ainda que aquela não é uma iniciativa inédita, por parte do anterior Presidente daquela Autarquia, agora Presidente do Governo Regional, porque num passado recente, consentiu a construção de um balão colocado na marginal da Cidade do Funchal que tapava a Sé Catedral, que é um monumento nacional. -----

Por último referiu-se sobre a proposta do CDS-PP, dizendo ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta que devem de estar abertos ao debate para a construção do Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços, para estarem coerentes com o próprio pressuposto da criação do mesmo. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos e comentários a todas as intervenções, começando este por expor o seguinte: -----

- **À Senhora Deputada Municipal Elisabete Andrade**, disse que na sua intervenção da informação da Câmara irá falar daquilo que tem sido a recuperação do Funchal, passados que estão três meses após os incêndios de agosto de dois mil e dezasseis. -----

Contudo, quis já clarificar que o Gabinete de Apoio à Recuperação do Funchal, foi um compromisso que assumiram para elaborar os projetos de arquitetura e de especialidades das casas que foram afetadas e que necessitavam de obras de escassa relevância, mas por necessitarem dos respetivos licenciamentos e projetos, tem de ser a Câmara a assumir essa responsabilidade. -----

Nesse sentido, solicitaram colaboração à Ordem dos Arquitetos e à Ordem dos Engenheiros, porque neste momento a quantidade, que são dezassete, de Arquitetos nos quadros em trabalho efetivo na Autarquia, é manifestamente pouco para a elaboração dos respetivos projetos. Assim, da parte da Ordem dos Arquitetos obtiveram a disponibilidade de um Arquiteto, sendo que a orientação dos serviços e a gestão urbanística é garantida com os Arquitetos da Casa e pelo Departamento do Ordenamento e Território. -----

Também respeitando aquilo que é a contratação pública, têm feito informação para que todos os (as) Arquitetos (as) possam apresentar o melhor preço para uma prestação de serviços que lhes é dada e que inclui a entrega em mão do respetivo projeto, estando neste momento a serem executados dezasseis projetos de arquitetura relativamente às pessoas que foram afetadas pelos incêndios. -----

- Sobre a **proposta do GMM** para a **Integração e Representação das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Proteção Civil**, parece-lhe absolutamente necessário e imprescindível que isso venha a acontecer numa melhor articulação com os



Presidentes de Junta, pois embora não esteja formalmente instituída a mesma já acontece.

- Quanto à **proposta do CDS-PP** disse que a Autarquia tem um Programa de Revitalização do Comércio, Restauração e Serviços, e uma estratégia municipal do Turismo com um plano de ação, com objetivos e medidas concretas para serem realizadas em dois anos e que já estão a sê-lo. Como tal, aquele Conselho será, como já foi dito, um Conselho consultivo. -----

Confirmou também que não está em causa a formação daquele Conselho mas sim os pressupostos em que o mesmo assenta, e que já foram evidenciados tanto pela Senhora Deputada Guida Vieira como pela Senhora Deputada Herlanda Amado. -----

Porque tal como ocorreu com o CMJF - Conselho Municipal de Juventude do Funchal o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, tem uma deturpação da interpretação que deve de ser um Conselho consultivo e que está bem patente aquela proposta que apresenta. -----

Por isso apelou numa atitude de bom senso e democrata que reveja e reformule aquela proposta, quiçá num trabalho prévio com todos os Grupos Municipais ali representados, e volte ali a apresentar. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Grupo Municipal do CDS-PP comunicou à Mesa que pretendia que a Proposta fosse sujeita à votação, com a exclusão do teor dos pontos números um, seis e sete. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** interpelou a Mesa para apelar na pessoa do Senhor Presidente da mesma, para que a Proposta que a bancada do CDS-PP propõe manter, fosse retirada e voltasse novamente a uma Sessão Ordinária daquela Assembleia Municipal, tendo em conta a confusão generalizada que o documento ainda mantém. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou ao Grupo Municipal do CDS-PP se o repto que a Senhora Deputada Herlanda Amado fez, tem acolhimento, ou se a mantém com

os pressupostos que a Mesa enunciou anteriormente? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** respondeu que aceitam a nova designação bem como o parágrafo final da Proposta, em vez de ser Resolução passa a Recomendação, como propôs a Senhora Deputada Guida Vieira. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** elucidou a Assembleia que o que irão votar será a Proposta de Recomendação e não Proposta de Resolução e serão retirados os Pontos um, seis e sete, mantendo-se o restante teor do texto. -----

Assim passaram à **votação da Proposta de Recomendação do CDS-PP** visando a **Criação e Regulamentação do Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços**, sendo a mesma **aprovada por maioria** com vinte votos a favor, sendo quinze do PPD/PSD e cinco do CDS/PP, três votos contra do PCP/PEV-CDU e dezanove abstenções, sendo dezasseis do GMM e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU justificou a votação daquela bancada dizendo que como referiu inicialmente não estão contra a criação do Conselho, mas sim por aquela proposta conter uma série de anomalias e de terminologias que não são corretas e que põe em causa a própria autonomia do Poder Local, porque aquilo que acabou de ser aprovado é que todas as ações serão coordenadas e vinculadas por um representante do Governo Regional. -----

Por último, recomendou o CDS-PP a colher informações do Conselho Municipal do Porto Santo, porque aquele está muitíssimo bem elaborado. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM fundamentou que a abstenção daquela bancada deveu-se não pelo espírito da proposta, mas pelo seu articulado e pela intransigência do proponente em não dar um tempo mais alargado para



se ouvir as instituições em causa. -----

Pois tal como a Senhora Deputada anterior no uso da palavra proferiu e muito bem, é importante ter algum cuidado na elaboração daquele tipo de Conselhos, que na verdade são Conselhos com capacidade consultiva e não de decisão. -----

Para além de que o Município já tem planos específicos e auscultação das entidades naquela área e tem desenvolvido um trabalho intenso, meritório e reconhecido. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato à **votação da proposta do GMM** que visa Recomendar à Câmara Municipal do Funchal a **Integração na Comissão de Proteção Civil Municipal de um Representante das Juntas de Freguesia**, o qual deverá ser eleito posteriormente por aquela Assembleia Municipal, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade** com quarenta e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, cuja apresentação se transcreve: -----

“Gostaria neste período, de informar da situação no presente, relativamente aos incêndios e àquilo que foi delineado e está a ser executado na recuperação da Cidade do Funchal. Fez agora três meses que efetivamente esse lamentável episódio aconteceu, eu relembro que tivemos 1700 hectares de área afetada pelos fogos, isto corresponde sensivelmente a 22% de toda a área territorial do Funchal e fora os números dos desalojados que tiveram por prevenção de sair das suas casas. -----

Os números das pessoas diretamente afetadas, porque viram os seus bens e as suas casas incendiadas, foram de 204 famílias num total de 506 pessoas. -----

É claro que existiram edifícios afetados, e nós na altura demos os números de 304 edifícios, sendo que destes 29% foram totalmente destruídos, 54% parcialmente e 17% só residualmente. Como é sabido, ainda não tinham terminado os incêndios, nós tivemos algumas ações importantes para acudir, não só para restabelecer a vida normal das pessoas no imediato, mas também outras medidas mais a médio prazo e pensando no futuro. -----

Logo no imediato, nós com os Serviços da Câmara demos apoio psicológico a 100 famílias, estamos a falar num apoio direto dado a estas pessoas que foram afetadas e o levantamento da situação de stress pós traumático, visto que, como todos nós presenciamos e vimos, muitas pessoas ficaram afetadas com este choque que significou os incêndios que destruiu casas, vidas e que abalou profundamente o estado emocional de muitos dos nossos munícipes. -----

Além deste apoio psicológico às pessoas, por solicitação dos munícipes demos também um apoio na limpeza das casas e respetivos logradouros, que deram origem a uma quantidade enorme de detritos derivados dos fogos, num total de 224 habitações intervencionadas. É claro que também e pensando no prejuízo que as pessoas tiveram, houve no que diz respeito à água e por deliberação da Câmara Municipal, a não contagem do consumo excessivo utilizado no combate aos incêndios e também a isenção do IMI durante 2 anos de todas as casas afetadas parcialmente ou totalmente pelos incêndios. --

Estas foram as medidas imediatas às quais se juntou um inventário e uma análise muito rigorosa e minuciosa de todos os edifícios que foram atingidos pelo fogo. -----

Esse trabalho foi muito importante na gestão que agora está a ser feita por uma entidade de gestão urbanística específica, no que diz respeito à análise de cada uma das habitações



e àquilo que deve ser a intervenção na sua recuperação. -----

Neste momento temos já 70 habitações que estão a ser intervencionadas com obras de escassa relevância, que não necessitam de licenciamento urbanístico e que já estão a ser realizadas com a ajuda não só da Câmara e das Juntas de Freguesia, mas também de outras entidades associativas do foro solidário e particular. -----

Depois surgiu outro problema que é a questão da propriedade, os nossos Juristas estiveram a identificar mais de 200 prédios e quem são os proprietários, estando ainda 14 casos sem esse levantamento apurado e esta é uma matéria que é necessária para se poder licenciar e recuperar de uma forma legal. -----

Porém, esta foi uma maneira de muitas das casas que foram afetadas poderem ser legalizadas e a situação puder ser restabelecida de uma forma definitiva, e é essa a oportunidade que nós estamos aqui a agarrar na ajuda às pessoas de uma forma gratuita, gratuidade essa também a nível dos projetos de arquitetura e de especialidade, estando no momento 16 projetos já a ser elaborados. -----

Mas há a situação que mais nos preocupa que tem a ver com as habitações em zonas de risco, porque no apuramento final que foi realizado, temos 27 habitações que não poderão ser edificadas no local que se encontravam e aqui o desafio é podermos encontrar soluções. -----

Em primeiro lugar de termos terrenos alternativos onde possam ser construídas as novas casas e é nesse sentido que a Câmara está a trabalhar, mas tem que haver aqui uma articulação com o Governo Regional, porque como sabem, a responsabilidade de construção definida entre o Governo Regional e o Governo da República cabe à Região na construção das novas habitações, sendo que toda a gestão urbanística irá competir na mesma à Câmara do Funchal. -----

Intervimos também na questão das escarpas, porque o inverno estava à porta e já tivemos

inclusive chuvas de agosto para cá, mas esta é uma situação complicada e complexa no que diz respeito aos taludes, porque temos escarpas de 100, 150, 180 metros que é impossível conseguir-se garantir a segurança absoluta às populações. Então aquilo que nós fizemos, foi uma prioridade nas vias onde passam muitos veículos e pessoas e nas áreas onde existiam habitações sob escarpas. -----

Esta intervenção foi feita em 8 escarpas com o orçamento municipal, sem saber se haveria financiamento ou não para isto, num valor de 1 milhão de euros e que ainda não está concluída. Há umas estradas que inclusive já foram abertas e outras que não foram porque ainda não apresentam condições de segurança, por isso teremos uma segunda fase que é uma intervenção de projetos de engenharia para que possam garantir a segurança das pessoas. -----

É importante também dizer que, pensando também no futuro, criamos o Gabinete da Cidade que neste momento está a trabalhar com toda a velocidade no repensar da Cidade. Esta é uma oportunidade de podermos pensar a Cidade de uma outra forma e para esse efeito este Gabinete está a elaborar um master plan com três objetivos muito claros: -----

1º - Reabilitação do edificado e de haver na reabilitação urbana uma definição muito clara daquilo que são as regras e as características da nossa arquitetura e definir que materiais, que tipologia de habitações, que tipo de estruturas são e que pertencem à arquitetura da Cidade do Funchal, e definir, para além destes elementos, para quem quiser reconstruir saber como o fazer. -----

2º - São as acessibilidades, nós temos zonas identificadas nestes incêndios que os Bombeiros tiveram enormes dificuldades em combater os fogos, porque os meios não podiam lá chegar, como por exemplo: o Bairro dos Moinhos e o Paiol. Por isso é preciso criar acessibilidades, não só por questões de segurança, mas também por questões de se descobrir espaços da cidade que muita gente ainda não conhece. -----



3º - A questão do espaço público é o que se pretende com novas Praças, novos Miradouros e novos espaços de socialização. -----

Além disto, criamos também um plano de ação florestal tendo em conta não só esta cintura da Cidade, mas com particular incidência no Parque Ecológico com a introdução de outras espécies que sejam mais resistentes ao fogo. -----

Também temos o investimento na Proteção Civil e nos Bombeiros Municipais. -----

Gostaria também de falar nas distinções internacionais que temos recebido nos últimos tempos, com particular destaque para a UNICEF, nós seremos a partir de 2017 uma *Cidade Amiga das Crianças para a UNICEF*. Esta é uma distinção que muito nos honra e nos orgulha no trabalho que tem sido feito com as crianças, seja no que diz respeito à qualidade de vida, à sua segurança e até ao seu direito de opinião e isto verifica-se por exemplo, com a questão do nosso Orçamento Participativo onde os cidadãos com 15 anos poderão já votar, ou até a nossa Assembleia Municipal Jovem com intervenções muito interessantes com ideias para a Cidade que depois são também executadas. -----

Recebemos também a nomeação pela Comissão Europeia para o *Galardão Acess City 2017*, que é tanto mais importante porque das 7 cidades europeias fomos os escolhidos para este galardão, que será entregue durante este mês. Isto tem muito a ver com toda a política que tem sido feita e realizada no âmbito da Cidade enquanto cidade acessível, não só para quem nos visita, mas para quem cá vive, aliás isso foi ao encontro do 1º Encontro da Cultura e Turismo Acessível. -----

Também recebemos uma nomeação da Associação Portuguesa de Gestão e Desporto, com o *Galardão Município Amigo do Desporto 2016*, que tem muito a ver com aquilo que tem sido feito por exemplo no Desporto para Todos e com o Projeto Funchal Cidade Ativa. Na Cultura, nós tivemos um Protocolo entre a Câmara e o Grupo de Teatro Feiticeiro do Norte, com a atribuição de um espaço muito interessante naquilo que é a dinamização

cultural de uma cultura que se quer para todos. É um espaço intimista de um tipo de cultura de teatro diferente daquilo que são as intervenções realizadas no Teatro Municipal Baltazar Dias, situado na Zona Velha da Cidade que é uma zona fundamental para ter aqui um incremento cultural além de outro tipo de diversão que já lá acontece. -----

Para terminar, duas questões, o funcionamento da Plataforma Funchal Alerta onde há um reporte das ocorrências dos cidadãos. Isto é muito importante porque envolve a cidadania, envolve cada um na resolução dos seus problemas, porque não é só virem para as redes sociais criticar, é preciso de uma forma responsável fazer-lo nesta Plataforma e tenho que dizer que neste pouco período de funcionamento, nós temos respondido a 955 casos no período de uma semana, o que é excelente a resposta que os serviços têm dado na eficiência de termos uma cidade melhor para todos. -----

Finalmente já neste mês vamos começar com uma intervenção de asfaltamento do Caminho do Pilar e do Caminho de Santa Quitéria, uma obra importante pelo fluxo não só de pessoas que vão aos serviços que lá existem mas também das pessoas que ali vivem”.

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP fez as seguintes observações: -----

- Na página nove é referida uma visita da Senhora Vereadora Madalena Nunes a alguns espaços desportivos para a identificação das carências e tipologia de intervenção necessárias. Como tal, gostaria de saber a razão das mesmas não estarem mencionadas no Relatório e quais as intervenções que irão ser alvo por parte da Autarquia? -----

- Na página catorze é aludido o PRESERVA - Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados, que continua com índices muito baixos de aprovação. Por isso julgam que o mesmo deveria de ter uma maior coordenação entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia,



porque estas têm um papel fundamental de comunicação e de análise. -----

- Na página dezoito estão mencionados os Cartões de apoio ao Município, programas que vêm do anterior Executivo, que também apresentam-se com baixo índice de aprovação, pelo que continuam a reafirmar que a divulgação dos mesmos deveria passar a ser tarefa das Juntas de Freguesia, porque as pessoas têm um contacto direto e permanente com os Presidentes de Junta de Freguesia e conhecem melhor o funcionamento das mesmas do que o funcionamento da Câmara. -----

- Na página vinte e sete é referido o Desenvolvimento de novos projetos de mobilidade tais como, Kiss and ride; semaforização; acessibilidade, etc., assim, para além de opinar que o termo etc. não deveria de estar no Relatório porque é uma palavra muito subjetiva e interpretativa quer para os Deputados, quer para os Cidadãos, questionou como é que está esse novo projeto? Porque o Kiss and ride já não é um projeto novo pois já foi anunciado, implementado e a ser desenvolvido. -----

Por isso a designação de novo projeto só poderá ser o da semaforização e das próprias acessibilidades, pois sabem que têm trabalhado em conjunto com a Associação Portuguesa de Deficientes para demonstrar que o Funchal também está uma Cidade preparada perante as barreiras arquitetónicas. -----

Sobre a elaboração do Plano Pormenor do Ornelas, anunciado a dezassete de maio de dois mil e quinze, que prometia o fecho da Rua Dr. Fernão de Ornelas, querem saber onde é que estão esses estudos e onde é que os poderão consultar? -----

- Na página cinquenta e dois – fala de várias obras e trabalhos em curso e em fase de concurso/adjudicação/contrato, é *ipsis verbis* o que o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal esclareceu àquela bancada sobre a questão do projeto de arquitetura do Antigo Matadouro do Funchal. -----

- Foi com agrado que verificou que na página cinquenta e seis é referida a Beneficiação do

Quartel dos Bombeiros Municipais, porque aqueles homens e aquelas mulheres não merecem a falta de condições permanentes por parte do Presidente da Câmara, que só vem demonstrar a falta de ação e de planeamento estratégico que o mesmo, às vezes tem com a sua própria equipa. -----

2 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU colocou algumas questões atuais e outras que ainda vêm da anterior Sessão da Assembleia, tais como; -----

- Por ter havido um compromisso na entrega de relatórios, quer do ponto de situação em relação aos incêndios, quer em relação às questões do Lido, para quando a entrega dos mesmos? -----

- Gostavam de saber qual o ponto da situação neste momento, para a utilização das verbas da conta Solidária para as pessoas afetadas pelos incêndios. E se alguém já usufruiu das mesmas? -----

- Sobre os dezasseis projetos de moradias afetadas pelos incêndios que se encontram em elaboração, questionou se já existe algum concluído no momento? -----

- De acordo com o que vem vinculado na proposta de Orçamento Regional, em que o Governo Regional pretende fazer o pagamento do Subsidio de Insularidade aos seus funcionários, perguntou se aquela Autarquia também o fará? -----

- Por vir expresso no Relatório que houve algumas intervenções em unidades sanitárias, gostavam de saber o porquê do encerramento prolongado da casa de banho que fica na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses. -----

- Uma outra questão que também já tinha sido colocada na anterior sessão da Assembleia Municipal, que ainda aguardam resposta, são os locais exatos para a construção das docas e abrigos e quantas? -----

- Depois referiu que alguns moradores do Caminho do Comboio, na Freguesia de Santa



Luzia, têm contestado a distância do único e atual ecoponto no início do Caminho junto ao Complexo Habitacional do Comboio. -----

- Ainda naquela freguesia, na Entrada das Casas Novas, no Caminho do Comboio, existem quatro ou cinco espaços de estacionamento para moradores, mas pela proximidade a um espaço comercial que ali se encontra, aqueles estacionamentos são usados abusivamente por parte de quem o frequenta. E os moradores quando chamam a PSP esta informa que devido a uma questão de sinalética, não podem autuar quem ali estaciona de forma abusiva. -----

Assim, gostavam de saber se é assim ou não e o que é que os moradores podem fazer para usufruírem do espaço que estão a pagar. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, questionou se o Projeto do Matadouro já foi concluído? -----

Depois pediu uma explicação sobre a natureza do processo intentado pelo Madeira Shopping. -----

4 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM expôs o seguinte: “Como todos nós sabemos existem na Cidade do Funchal desde há bastante tempo a organização de feiras, por detrás dessas feiras existem associações, que obrigatoriamente têm de ser sem fins lucrativos, porque estão a ocupar um espaço municipal e normalmente as pessoas que participam nesse tipo de eventos são pessoas com muitas necessidades. A maioria encontram-se desempregadas ou então muitas reformadas que vendem alguns produtos que fazem, como complemento para as suas magras reformas. Isto já se faz muito antes da Mudança. -----

Acontece que nos últimos tempos a Câmara Municipal do Funchal, enviou à organização dessas feiras dois emails que lançaram uma grande confusão nas pessoas que participam

nas mesmas, porque o primeiro dizia que eram proibidas essas feiras no espaço público municipal e o segundo retificou, dizendo que afinal não eram proibidas que as feiras iriam todas para os jardins do teleférico e que o Jardim Municipal não seria utilizado. -----

Acontece que como a Cidade é pequena e está tudo à vista, a ACIF está a utilizar o Jardim Municipal, não temos nada contra isso como é lógico, mas aqui coloca-se dois pesos e duas medidas. As pessoas e eu também, enquanto Deputada Municipal, acho que o Jardim Municipal, desde que as feiras sejam bem organizadas e que tenham em conta tudo aquilo que é necessário ter no espaço nobre como é o Jardim Municipal, deveriam continuar a se realizar lá e acho que aquele tipo de feiras como a que lá está montada neste momento, essas sim é que deviam de ser proibidas, essas sim é que ofendem a paisagem do Jardim Municipal. -----

Portanto a questão que eu queria colocar ao Senhor Presidente é a seguinte, realmente vão ser proibidas as feiras no Jardim Municipal? -----

Se não é proibido, onde é que a Câmara acha que essas feiras podem ser realizadas e como é que devem ser realizadas?" -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos Senhores (as) Deputados (as), mas depois também passará a palavra ao Vereador Domingos Rodrigues, para esclarecer algumas questões que são da sua tutela. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** esclareceu que o **Plano do Ornelas e a Rua Dr. Fernão de Ornelas** são coisas completamente distintas. O Plano do Ornelas é o quarteirão do Ornelas e outra coisa é a intervenção no âmbito do possível encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas. -----

Porém, a intervenção naquela Rua no momento não vai avançar, porque há uma qualificação do espaço público que implica também um investimento considerável, e todos



os comerciantes foram contactados pelos serviços da Autarquia após a auscultação que foi realizada pelo Departamento de Economia da mesma. -----

Referindo-se à **manutenção dos espaços desportivos e à visita da Senhora Vereadora Madalena Nunes aos mesmos**, informou que foi constatado que há muitos parques infantis que estão degradados e que necessitam de uma intervenção com novos equipamentos, pelo que depois podem entregar a listagem dos mesmos. -----

Quanto ao **Projeto do Antigo Matadouro** e respondendo também ao **Senhor Deputado Eduardo Welsh**, o mesmo ainda não está concluído porque o edifício, infelizmente, apresenta do ponto de vista estrutural algumas debilidades que vão onerar depois a sua reabilitação. Como tal, a equipa dos projetistas do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas daquela Autarquia, estão ajustando entre o conceito que pretendem realizar no Matadouro, o estado de conservação do edifício e as questões orçamentais e financeiras necessárias ao investimento no mesmo. -----

- Quanto aos **Programas Sociais**, confessou que começa a ficar um pouco cansado relativamente ao tipo de discurso sobre os mesmos. -----

Porque na verdade têm aumentado as verbas para aqueles Programas, o que significa que têm gasto e bem mais dinheiro com as pessoas. -----

Lembrou também, que no passado aquela Câmara não tinha qualquer Programa daquele tipo, por isso o que têm feito é um Chapéu Social onde estão alocados aqueles Programas. Todavia, muitos deles face ao tempo da questão de execução estão a ser reformulados, tal como o **PRESERVA**, no sentido de poder torná-los mais abrangentes. -----

Contudo, aquele tem o problema da legalização das situações patrimoniais dos terrenos e das casas, que inviabiliza muitas das vezes a Câmara de poder ajudar, como já referiu na alocação da questão dos incêndios. -----

Assim, o mesmo tem e há de ter sempre aquelas limitações, por mais simplificação que

façam ao respetivo Programa. -----

- **À Senhora Deputada Herlanda Amado** fez os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre a questão do **Ecoponto** no Caminho do Comboio, segundo informação da Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, aquele será lá colocado naquela semana. -----

- Quanto ao **Subsídio de Insularidade** disse que irão cumprir a lei e analisar essa matéria relativamente àquilo que for o decurso das decisões da sua reposição, e da forma que se irá repercutir no Município. -----

- Sobre o **encerramento das casas de banho** na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, informou que aquela Câmara é alheia a essa situação, porque as mesmas pertencem à APRAM. -----

- Respondendo à questão da **Conta Solidária**, informou que deliberaram agradecer a todos os Partidos e regulamentar em termos de critério, a atribuição dos dinheiros que foi angariado para ajuda às pessoas afetadas pelos incêndios, pelo que ainda não foram atribuídas quaisquer verbas. -----

Todavia, os serviços tutelados pela Senhora Vereadora Madalena Nunes já se encontram a ultimar os procedimentos para poder atribuí-los. -----

- Sobre a **questão do Madeira Shopping**, colocada pelo **Senhor Deputado Eduardo Welsh**, esclareceu que é um diferendo que têm com o mesmo nomeadamente na cobrança de taxas de publicidade, porque a entidade que o gere entende que não deve pagá-las, pelo que no momento a questão está a ser dirimida nos Tribunais. -----

- **À Senhora Deputada Guida Vieira** disse-lhe que houve um erro por parte dos serviços camarários na informação que foi enviada às entidades que organizam aquele tipo de feiras, que em vez de estar Jardim Municipal, estavam Jardins Municipais, o que abrangia todos os espaços. -----

E para que não haja qualquer equívoco naquela matéria, esclareceu que por se terem



deparado que há um uso por vezes intensivo do Jardim Municipal, que muitas vezes afeta a sua qualidade tiveram uma grande intervenção no mesmo com os Técnicos da Autarquia e com a contratação e adjudicação para a sua manutenção, pelo que neste momento aquele encontra-se em bom estado. -----

Assim, a intenção da Câmara é manter aquelas pequenas feiras de venda de artesanato e de apoio à economia local, porque complementam ou são o rendimento das pessoas que nelas participam, mas a partir do próximo ano terão mais cuidado para que as outras Feiras que têm outra dimensão, outra escala e outra duração no tempo, se realizem noutros locais. Concluindo, lamentou o facto da informação que saiu dos serviços não ter sido a correta, mas espera ter ali repostado aquilo que é a intenção da Câmara e a importância que aquelas feiras têm na atratividade da Cidade, no apoio à economia local e a alguns cidadãos. -----

--- De seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** para este tecer os esclarecimentos sobre os assuntos da sua tutela aos Deputados intervenientes, começando por dizer que estão a terminar o projeto do **Plano de Pormenor do Quarteirão do Ornelas** e que dentro de muito pouco tempo irão dar início a uma auscultação formal aos proprietários. -----

Em relação ao **Desenvolvimento de novos projetos de mobilidade**, esclareceu que há dois anos iniciaram um projeto de melhoria das acessibilidades e de segurança na entrada das Escolas, tendo o mesmo na Semana da Mobilidade do corrente ano sido alargado a mais dois projetos em duas Escolas. E por no momento terem recebido vários pedidos de Escolas, nomeadamente de Santo António e do Monte, referem que irão elaborar mais projetos a pedido das próprias instituições. -----

Depois confirmou que de facto têm estado a trabalhar com varias organizações em projetos de melhoria de acessibilidades, sobretudo a acessibilidade que se refere a pessoas com deficiência motora e com deficiência visual, dando como exemplo o projeto que estão a

desenvolver na Avenida da Madalena. -----

Sobre o estacionamento de moradores, afirmou que aquele é um problema que já é antigo mas que ainda persiste e que tem a ver com as muitas centenas de placas que têm para mudar, as mais urgentes mudaram já há muito tempo e no momento estão numa fase de implementação dos últimos lugares, por isso crê que muito brevemente o problema estará resolvido. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** pediu à Mesa para intervir porque lhe faltou dar uma informação à Senhora Deputada Herlanda Amado no que diz respeito à entrega dos projetos de arquitetura às pessoas afetadas pelos incêndios. -----

Concedida a palavra, informou que ainda não foi nenhum entregue mas que naquela semana serão entregues os primeiros quatro projetos. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD** pediu um esclarecimento sobre a falta de indicação sinalética a indicar alternativas de destino, que devido às obras de recuperação das escarpas que estão a ser feitas, confundem as pessoas, principalmente aquelas que não são da Ilha. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** observou que têm feito um esforço no melhoramento da sinalética, porém a maior parte dos turistas usam o GPS e esse tem a indicação da rota mais curta o que por vezes gera alguma confusão. -----

Inclusive já tiveram a preocupação de informar aquelas alterações de percurso, às entidades que gerem os sistemas de GPS, para precisamente introduzirem novos dados e darem alternativas viáveis para os turistas. -----

--- Passando ao **Ponto dois - 5ª Revisão Orçamental – Ano Económico 2016, em observância do disposto na al. a) do nº1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que a passou ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva**



Gouveia que começou por referir que aquela Revisão Orçamental, em linha daquilo que têm vindo a fazer nos últimos anos, é o empréstimo de curto prazo de reforço da tesouraria que este ano mais uma vez não o utilizaram. Como tal, estão a retirá-lo quer do Orçamento da Receita, quer do Orçamento da Despesa. -----

--- Não havendo inscrições passou-se de imediato à **votação deste Ponto Dois**, o qual foi **aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Também não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** passou para a apresentação do **Ponto três - Proposta de Orçamento, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09** e do **Ponto quatro - Opções do Plano, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, como foi acordado na reunião de líderes. Dando a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** este apresentou o que se transcreve: "É o último Orçamento que apresentamos na presente legislatura e neste presente mandato e digo que é este o último, porque é importante vermos qual foi o percurso e a estratégia seguida por esta Câmara, desde que tomou posse. Sempre dissemos que tínhamos de seguir um caminho seguro assente no rigor, na transparência e na inversão daquilo que tinham sido as opções do passado. Porque quando se fala em orçamento, falamos sempre em opções políticas e cada um obviamente tem uma interpretação e uma forma de fazer o Orçamento. -----

Mas um Orçamento é muito mais do que números, isso reflete políticas e ações concretas em benefício das pessoas e aquilo que nós escolhemos aqui foi: em primeiro lugar, era necessário impor uma regularização da situação financeira desta Autarquia, nós herdamos uma dívida de mais de 100 milhões de euros e é preciso dizer que nós não podíamos

continuar nesta espiral de contração de dívida de planos de resgate para contrair mais dívida para pagar despesa e não para investimento. -----

Portanto, o nosso percurso foi com passos certos, cautelosos na regularização financeira desta Autarquia e conseguimos e temos conseguido, porque neste momento reduzimos a nossa dívida em 40 milhões de euros. -----

É importante que se diga que isto é feito com base num trabalho assente na nossa capacidade e na nossa determinação em fazer diferente e estamos a fazer diferente. Estamos a fazer diferente com mais investimento e isto é particularmente significativo também no que diz respeito à receita, nós temos diminuído os impostos desta Autarquia e vamos diminuir e devolver aos Municípios do Funchal 10 milhões de euros. -----

Falamos em compromissos eleitorais que assumimos, como por exemplo o IMI reduzido à taxa mínima como irá ser no próximo ano, na aplicação do IMI Familiar que atinge mais de 8 mil famílias, na questão do IRS na devolução da taxa e da percentagem variável aos nossos Municípios além da redução e isenção de taxas municipais, isto é preciso dizer-se, assumindo os compromissos que a Câmara tem. -----

Porque enquanto tínhamos 365 dias de prazo médio de pagamento a fornecedores, nós neste momento estamos nos 60 dias, nós estamos a credibilizar a Câmara enquanto entidade pública e séria e estamos a apoiar a economia local. Porque se cumprimos estes prazos de pagamento é dinheiro que se derrama naqueles que são os nossos parceiros, os nossos fornecedores que nesta situação de crise têm assegurado por parte da Câmara a sustentabilidade dos seus negócios. -----

E isto numa altura em que nós nesta legislatura não tivemos Contratos-programa com o Governo Regional, e é preciso relembrar os 6 milhões de euros que habitualmente eram estabelecidos entre esta Câmara e o Governo Regional, apanhando também uma fase de transição dos Quadros Comunitários, que como sabem, até ao momento têm sido muito



parcos naquilo que tem sido os apoios de cofinanciamento a projetos apresentados pela Câmara Municipal. -----

Como se isto não bastasse nós temos conseguido reduzir a despesa em situações que impossibilitam depois podermos investir, exemplos concretos de redução de despesa. Como se reduz a despesa? - Apelando à concorrência. -----

Situações como os combustíveis da Câmara, como o Renting das viaturas ou como a manutenção das ETAR'S, nós temos poupado efetivamente muito dinheiro nestas matérias alvo de gastos na despesa corrente, para podermos ter forma de investir em outras áreas que para nós são prioritárias. -----

E que áreas é que são prioritárias? -----

Nós temos acima de tudo uma área que para nós é imprescindível e é uma marca, que são os nossos Programas Sociais, por muito mais que se diga ou que se queira fazer parecer esta Câmara tem uma política social como nunca o Município teve, alicerçada em programas de diversa índole e transversais à maior parte da população indo de encontro às suas necessidades. E nós este ano em vez de 1 milhão de euros neste Fundo de Investimento Social vamos ter 1 milhão e meio de euros. -----

Há outra área também muito importante que é a área da Habitação Social, finalmente vamos ter um problema social e de saúde que eram os Bairros Sociais da Câmara que tinham o amianto, quantos anos e anos se falou nesta questão, o que é que se resolveu? - Nada. -----

Felizmente que agora vamos poder investir 5 milhões de euros nestes Bairros Sociais, dando qualidade de vida às pessoas que são inquilinas da Câmara e tendo mais habitação social e salvaguardando a saúde destas pessoas que ali vivem. -----

Mas não é só nesta matéria, gostaria também de destacar no Âmbito Social uma medida que é símbolo e marca este Orçamento, os manuais escolares gratuitos para o 1º ciclo. ---

Nós vamos no próximo ano atribuir a todos os alunos e estudantes das escolas do Funchal que frequentam o 1º ciclo, manuais gratuitos, isto é importante naquilo que está consagrado na nossa Constituição, a gratuidade do acesso à educação e nós estamos a garantir esse preceito constitucional com esta medida, num esforço do investimento na educação dos alunos do Funchal. -----

Mas não ficamos por aqui, há outra área além da Área Social, que nós vamos intervir que é a área de um território que é sempre falado quando há campanhas eleitorais, quando é preciso chamar as pessoas para votar, mas que nós estamos antes disso a dar toda a atenção que são as Zonas Altas. E o investimento feito nas Zonas Altas, descurado durante tantos anos e que as pessoas já veem os seus resultados, já está a ser feito este ano. Aquilo que estamos aqui a fazer este ano é duplicar o investimento do ano passado que serão 20 milhões de euros para investimento. -----

Mas já estamos a investir e acusam-nos de eleitoralismo, tomara que todo o eleitoralismo seja para benefício das pessoas, para executarmos obras e investirmos a favor das pessoas, quem diz que somos eleitoralistas está a ser contra aquilo que se quer fazer para bem das pessoas e que durante anos e anos foi adiado. Nós não adiamos o futuro dos Funchalenses de maneira nenhuma e o exemplo é o investimento nas Zonas Altas, em que serão 4 milhões de euros para construção de novas acessibilidades, melhoramento de outras e de saneamento básico, porque ainda no século XXI há pessoas que vivem neste Município que não o têm. -----

Mas há outra área além desta, que é a da Proteção Civil e neste âmbito nós temos duas áreas, a dos Recursos Humanos e a dos Equipamentos, que vamos intervir. -----

Esta Câmara esteve durante 15 anos sem ter um novo Bombeiro nos seus quadros, foi demasiado tempo sem uma renovação dos Bombeiros Municipais do Funchal, isto tem consequências práticas, sabemos que o trabalho de Bombeiro é muito exigente e a média



de idade dos nossos Bombeiros é elevada, e pela quantidade de baixas e o tipo de serviços que fazem, neste momento impõe-se uma renovação do nosso Quadro de Bombeiros. ---- E por isso temos já todos os procedimentos para a abertura de um Curso para Bombeiros, uma nova Escola de Bombeiros de 24 Bombeiros este ano a que se juntarão depois numa segunda fase outros 24 Bombeiros, fundamental para repor a operacionalidade da nossa corporação. -----

Mas além dos novos Bombeiros vamos investir no equipamento, são 1 milhão e 400 mil euros em equipamentos, seja em 4 viaturas seja equipamentos de combate a incêndios e materiais de proteção dos próprios Bombeiros que nós iremos adquirir, isto é uma aposta forte na segurança das pessoas e na diminuição da vulnerabilidade da nossa Cidade. ----

Isto são as linhas gerais e eu passaria agora a palavra ao Senhor vereador Miguel Gouveia para dentro das nossas opções poder prestar mais esclarecimentos.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que elucidou o seguinte: “Feita a introdução de traços gerais políticos em relação ao Orçamento, faria eu então aqui uma abordagem sobre os aspetos de construção do Orçamento, principalmente naquilo que foram as opções tomadas em termos de inscrição orçamental. -----

Ora, como sabeis uma Câmara tem sempre uma margem muito curta para poder inscrever receitas, hoje em dia as regras provisionais praticamente ditam tudo aquilo que pode ser inscrito ou não, e como tal tivemos nas Receitas Correntes cerca de 79,3 milhões de euros inscritos com os impostos diretos, sendo que destes, o IMI representa a maior fatia daquelas que são as Receitas do Município. -----

O IMI subiu em relação ao ano passado, apesar de reduzirmos a taxa de IMI Municipal para 0,3% e isto deve-se ao facto de aquilo que se deve inscrever, que é a execução dos últimos 24 meses, de setembro deste ano a setembro de 2014. -----

Como tal, o IMI tem vindo a subir pelo fim das cláusulas de salvaguarda e por algumas reavaliações que têm sido feitas pela Autoridade Tributária, no entanto vamos baixar a taxa de IMI para a taxa mínima, que foi também como já aqui referido, compromisso eleitoral. - Em relação ao IMT, em boa hora o Governo da República alterou aquilo que estava previsto pelo anterior Executivo que era terminar com o IMT, sendo que em 2017 já seria reduzido em 1/3 daquilo que são as receitas de IMT, podemos inscrever as receitas na totalidade, e tendo a dinamização do mercado imobiliário trazido receitas para os Municípios, também fazem com que estas receitas de IMT continuem a subir. -----

Em relação à Derrama mantemos naquilo que são os valores dos anos anteriores, sendo que também temos que inscrever a média dos últimos 24 meses, nesta circunstância reduziu para 1,09 milhões de euros. -----

As transferências do Fundo de Estabilidade Financeira do Orçamento de Estado para o Município do Funchal, subiram ligeiramente, cerca de 700 mil euros e aqui estou a incluir também o IRS. No entanto, uma vez que o Orçamento de Estado está aprovado na generalidade mas ainda não na especialidade, aquando da elaboração deste Orçamento que temos de apresentá-lo em reunião de Câmara até ao fim do mês de outubro, o que se inscreveu foi aquelas Receitas do Orçamento de Estado em vigor, as Receitas deste ano.

Em relação aos Impostos Indiretos, houve uma ligeira descida referente ao que se vai falar mais à frente, que tem que ver com a Taxa de Ocupação do Espaço Público Municipal pelas atividades de distribuição elétrica em baixa tensão, uma vez que a Empresa de Eletricidade não reconheceu as faturas que nós emitimos tendo-as devolvido, faz com que a execução neste momento seja ainda 0, e as regras também se aplicariam aqui, seria a média da execução dos últimos 24 meses, o que de facto essa média seriam 3,5 milhões de euros anuais. -----

Como tal, mandam as regras orçamentais que se inscreva aquilo que é a receita prevista



no próximo ano quando é uma receita considerada nova, neste caso, apesar de nós considerarmos que este ano já há de facto uma receita que deve de ser paga. -----

Em relação às Receitas de Capital, pela primeira vez desde o início do mandato temos a possibilidade de ter uma diversificação nas fontes de financiamento. Em primeiro lugar pelo empréstimo de 10 milhões de euros que foi aprovado no ano passado, que obtivemos o visto do Tribunal de Contas em agosto deste ano e podemos inclui-lo no Orçamento já de 2017. Em segundo lugar a inscrição, isto a nível nacional, de 1,25 milhões de euros do Fundo de Turismo e permitam-me aqui clarificar algumas noções que têm sido passadas de que o Fundo de Turismo a nível nacional, foi de alguma forma retirado a outros tipos de financiamento para ser entregue ao Funchal. O Fundo de Turismo é capitalizado pelos dinheiros do jogo e como tal, existe um regulamento que é o REGFIN do Turismo de Portugal que estabelece onde podem ser aplicados aqueles dinheiros do jogo. -----

O Fundo de Turismo de Portugal e o Governo da República entendeu que 3 milhões de euros desses dinheiros do jogo repartidos por 3 anos seriam aplicados no Funchal, portanto é falso se estar a dizer que se poderia utilizar estes 3 milhões para fazer um novo hospital ou para fazer outro tipo de aplicações financeiras que não na área exclusiva do Turismo, é isso que diz o regime financeiro de aplicação das verbas do jogo estipulado pelo Turismo de Portugal, portanto isso também é uma nova fonte de financiamento que não tínhamos em anos anteriores. -----

Adicionalmente temos nos Fundos Comunitários alguns financiamentos nomeadamente, do Madeira 14-20, a Loja do Município com 1,6 milhões de euros que podemos inscrever, porque já temos o projeto aprovado, alguns financiamentos do horizonte 20-20 nomeadamente o Civitas Destinations que também já temos aprovado e podemos inscrevê-lo do ponto de vista orçamental e ainda candidaturas do POMAC que é o Programa que veio substituir o INTERREG da Macaronésia Madeira, Açores e Canárias, e ainda uma

pequena componente do Fundo de Eficiência Energética Nacional. Portanto são estas as Receitas de Capital que nós temos, as Receitas Correntes e as Receitas de Capital. -----
Subimos também as Receitas com vendas de bens e serviços, e isto deve-se fundamentalmente ao aumento dos consumos de água que tem depois um reflexo nas tarifas de saneamento básico e de resíduos sólidos. -----

Ficamos então com um Orçamento de 97 milhões e 77 mil euros que é o maior Orçamento desde o início de funções deste Executivo, nomeadamente alavancado por estas Receitas de Capital que eu acabei de referir. -----

Em relação à Despesa, temos Despesa Corrente de 67,6 milhões de euros que quando comparado com a Receita Corrente conseguimos um equilíbrio orçamental, ou seja, as Receitas Correntes dão para pagar as Despesas Correntes e as Amortizações Médias dos Empréstimos que são cerca de 7 milhões de euros, e ainda sobram cerca de 4,4 milhões de euros aquilo que se chama a Poupança Corrente que nos permite aplicar em Despesas de Capital, ou seja, em Investimento. -----

Nesta Despesa Corrente queria só salientar, vamos ter oportunidade depois de discutir e escamotear isto de acordo com as vossas dúvidas e questões, o aumento das despesas com o pessoal que representa cerca de 1,2 milhões de euros e isto deve-se não só à reposição salarial prevista no Governo da República, mas também alguns encargos com a saúde que nós não temos tido a mesma diligência de encontros de pagamento com o SESARAM como tínhamos tido até há uns anos atrás, o que vai acumulando dívida de parte a parte, portanto temos que inscrever aquilo que estamos a dever ao SESARAM e também inscrevemos aquilo que o SESARAM deve à Câmara. -----

Em relação ao Subsídio de Insularidade de facto não estava previsto quando inscrevemos o Orçamento. Quando elaboramos o Orçamento não conhecíamos ainda aquelas que são as diretrizes e a proposta do Orçamento Regional para 2017, nomeadamente com a



inclusão do Subsídio de Insularidade, e também com a inexistência de contratos-programa com o Governo Regional a não ser aqueles que já existiam no ano passado. Portanto dos 9 contratos-programa que foram propostos ao Governo Regional, não obtivemos resposta afirmativa a nenhum. -----

Finalmente apraz-me dizer que em relação ao ano passado temos inscrito menos 413 mil euros em Amortização de Passivos, e é precisamente isto que nos permite ganhar aqui uma alavancagem para poder recorrer a empréstimos para o investimento. -----

Em relação àquilo que foi o Plano Plurianual de Investimentos e as Grande Opções do Plano que configuram as Despesas de Capital, penso que o Senhor Presidente fez um resumo sobre esses investimentos, qualquer das formas estarei também disponível para responder a qualquer questão que seja levantada pela Assembleia.” -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD expôs o seguinte: “A intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara suscitou-me alguns comentários. O Senhor Presidente da Câmara fez-nos na sua breve intervenção um exercício de pura alienação e ilusão, senão vejamos: o Senhor Presidente fala em que este Executivo foi muito rigoroso, muito responsável e pagou a dívida, como se tivesse sido algo da sua própria vontade e da sua própria natureza. Esquece-se no entanto de afirmar que nós tínhamos um PAEL, um programa que o Executivo era obrigado a cumprir e que foi isso que fez, fosse quem fosse o partido ou a coligação que viesse a governar os destinos da Assembleia, estava espartilhado por esse mesmo compromisso. -----

Fala em redução do prazo de pagamento mas esquece-se de outro pormenor, porque a Lei obriga-o através da Lei dos Compromissos a efetuar os pagamentos. Os pagamentos hoje com a Lei dos Compromissos não podem ser feitos a belo prazer, nem se pode usar o prazo de pagamento a fornecedores como medida de gestão de tesouraria, há uma

obrigatoriedade, é algo que refletia uma mudança de paradigma, uma alteração de comportamentos, é uma obrigação. -----

Fala em redução da despesa e no entanto como podemos ver neste Orçamento, a Despesa Corrente sobe 5%. -----

Fala aqui dos contratos-programa, eu que já faço parte desta Assembleia Municipal há alguns anos e há alguns mandatos assisti sistematicamente, frequentemente e regularmente à posição altamente antagónica por parte das anteriores oposições em relação aos contratos-programa, sempre votaram e manifestaram-se contra dizendo que isso era uma interferência inaceitável por parte do Governo Regional nos destinos e na gestão Autárquica, e agora para surpresa de todos nós insistem que esse é o grande obstáculo ao desenvolvimento da Câmara Municipal do Funchal. -----

Alguém que vem dizer que é diferente, que tem uma postura de rompimento com tudo o que se passou nos últimos 30 anos, afinal deita mão a uma das situações que acontecia com frequência no passado e que isso é que é o seu grande obstáculo para proceder ao desenvolvimento. -----

Outra questão são os Programas Sociais desta Autarquia e por exemplo o mais gritante é que o Fundo Social de 1 milhão de euros tem uma execução de 90 mil euros, isso está patente nos números, estamos a falar de 9% de execução. É caso para dizer que no que diz respeito a esta Câmara, sim é verdade tem os Programas, sim é verdade formalizou os Programas, sim é verdade se calhar nos anteriores mandatos não existiam estes Programas formais. A grande diferença é que não existindo Programas formais, apoiava-se realmente as pessoas, os mesmos existindo agora, não se apoiam realmente as pessoas, é isso o resultado desta política social. -----

Falam em Habitação Social, mas o que é estranho é que só se lembram dessa Habitação Social no último mandato, quando essa preocupação deveria de existir durante os 4 anos.-



Ainda no sábado tive a oportunidade de estar num Bairro Social misto e basta ver a diferença que existe entre o parque que é gerido pela Câmara e o parque que é gerido pelo Governo Regional. -----

Falam nos manuais escolares, mas esquecem-se que esta disposição é uma disposição do Governo da República e que inclusive já é aplicada por diversas Câmaras há mais de 3 anos, estão no governo há 3 anos e só se lembram de aplicá-la no último ano. -----

Falam em duplicar o investimento em relação ao ano passado, mas isto não é façanha nenhuma se o investimento do ano passado foi zero, duplicar zero quase que é uma impossibilidade matemática, mas não há aqui nenhum passo, nenhuma evolução, basta ver o que tínhamos antes para ver o que temos agora. -----

E finalmente e é pena que estas situações tenham acontecido como aconteceram, fala por exemplo do abandono a que os Bombeiros foram votados nos últimos 15 anos, mas deixe-me dar-lhe uma novidade Senhor Presidente que não tem nada a ver com os últimos 15 anos, é que os Bombeiros Municipais do Funchal durante os últimos 3 anos estiveram, por exemplo, sem a definição de um quadro de comandos, quer pior circunstância, do que uma força como os Bombeiros Municipais não possa e não tenha a definição do quadro de comando, como é que a sua atividade pode ser desempenhada. -----

Mais os Senhores durante estes 3 anos deixaram o Quartel dos Bombeiros Municipais do Funchal a apodrecer, as evidências estão à mostra. Ao contrário do que foi aqui dito só de há 3 anos para cá é que não foram adquiridas ferramentas, equipamentos e vestuário para os Bombeiros, isto são os Bombeiros a afirmar. -----

Portanto a vossa intervenção no que diz respeito aos Bombeiros resumiu-se à abertura e isto sim também é um facto, exponencial de processos disciplinares aos Bombeiros vá-se lá saber porquê, ao encerramento da lavandaria vá-se lá saber porquê e mandaram diversas viaturas para a oficina deixando-as lá estar porque não há capacidade de as

reparar, nomeadamente a autoescada e alguns veículos de combate aos incêndios, isto foi o que se passou em relação aos Bombeiros. -----

Mas seguindo a minha intervenção e falando sobre as Grandes Opções do Planos eu pegava nos elevados propósitos que são enunciados na página 7 do documento em análise, que com alguma pompa e circunstância afirmam os responsáveis da Mudança *que farão do Funchal a melhor Cidade Portuguesa para se viver em 2020*. -----

Bom, logo aqui somos obrigados a parar e a questionarmo-nos, será este por ventura um Galardão comprável com publicidade e viagens à borla para os decisores? - Se sim, então está garantido. Porque comprar reportagens elogiosas e lisonjeadoras é a especialidade, talvez a única deste Executivo. -----

Agora se a aquisição do Prémio implicar um julgamento sobre as reais qualidades da Cidade e dos responsáveis pela sua gestão, esqueçam esse vosso objetivo, saiam do vosso pedestal de barro e olhem à vossa volta, isto não requer um esforço muito intenso, a Cidade regrediu, a Cidade definhou e estamos terrivelmente piores em todos os aspetos e pontos de análise. -----

De seguida falam qualquer coisa como *nortear este desígnio com o crescimento em 6 diferentes áreas, que no seu conjunto estabelecem o código genético de uma grande Cidade*. Bom, quem lê esta frase quase que fica deslumbrado com tanta sapiência e conhecimento, mas ainda assim rapidamente surge a desilusão e a incredulidade. Desilusão porque estas tiradas não revelam uma inteligência especial ou uma originalidade útil, são lugares comuns que se pode encontrar em qualquer esquina da internet ou ler nas páginas da Monóculo, por exemplo. Há que apreciar no entanto o esforço, mas simultaneamente ficamos incrédulos com tamanho desplante e arrogância. -----

E agora apelando à vossa paciência e misericórdia olhemos para essas referidas áreas e passemos-las a pente fino. -----



Fala-se de uma Cidade mais democrática, ágil e transparente. Não será o Funchal de certeza. No primeiro momento da governação a democracia foi-se e exauriu-se, as opiniões divergentes foram silenciadas liminarmente, basta lembrarmo-nos do que aconteceu aos Vereadores Gil Canha, Filipa Jardim Fernandes e Edgar Silva, do que aconteceu, por exemplo, à Presidente da Assembleia Municipal, recordemo-nos dos inúmeros e valorosos funcionários perseguidos, remetidos para a prateleira e sujeitos a processos sombrios de duvidosa legalidade, este é o conceito de democracia da Mudança. -----

Não te vergas sai, não obedças rua, não acatas cala-te e para meu gáudio, a reação da maioria confirma exatamente aquilo que eu disse, o vosso riso incomodado e o vosso incómodo é a melhor confirmação para aquilo que eu disse. -----

Quanto à agilidade, só se estiverem a falar da remoção sumária dos obstáculos, quanto ao resto assistimos a decisões que não chegam, processos parados desde 2014 e uma morosidade sem paralelo. -----

Participativa, onde? Impõe-se as decisões sem consultar ninguém, não ouvindo os responsáveis dos Departamentos, não ouvindo as pessoas, atiram-se as ideias para o ar e consoante a reação avança-se ou recua-se, na maioria das vezes recuam, nas restantes são contestados por todos. -----

Referem uma Cidade planeada e de fácil mobilidade, não é a nossa certamente, em termos de planeamento apenas dois exemplos: o PDM e o Plano de Pormenor de Reabilitação do Quarteirão do Ornelas, em ambos os casos todo o trabalho estava feito, perguntem ao ex-Diretor do Planeamento desta Câmara, que foi enviado para uma licença sabática, que ele terá e vos dará a resposta. Em ambos os casos, como disse, todo o trabalho estava feito e concluído, pura e simplesmente deitaram-no fora, escorraçaram os seus responsáveis para nada fazerem em seu lugar, a isto chama-se revanchismo, desnorre e negligência gritante. A Mobilidade, mais uma pérola desta governação, uma desgraça, um caos pejado

de medidas irrefletidas e desconexas sem qualquer adesão à realidade e às necessidades, falam como se um punhado de experiências avulsas tivesse de um qualquer plano racional e imprevisto, seguindo inclusiva, solidária e cooperativa, parece um slogan, e infelizmente disso não passou. Intenções cuja concretização saldou-se num embuste gritante. -----

Lançaram diversos programas que tiveram uma cobertura residual, 600 pessoas em toda a Cidade, uma Cidade com mais de 100 mil habitantes. E porquê? - Porque foram desenhados para não funcionar e ainda aqueles que demonstram algum movimento acabam por estar parados há meses porque os mecanismos de suporte não funcionam. Veja-se por exemplo, o que se passa no Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos, os beneficiários dirigem-se às Farmácias e os cartões que apresentam não estão autorizados e isto passa-se há meses. Já foi reconhecido inclusive pela Vereadora responsável e só agora, depois de muitos meses de paragem, parece que vão fazer alguma coisa. -----

A maior evidência deste embuste é que os regulamentos que presidem à aplicação dos seus Programas estão todos a ser revistos. -----

Turística, autêntica, atrativa e dinâmica, outra vez uma caracterização que não se aplica ao Funchal dos nossos dias. No Turismo a grande preocupação foi entrar numa absurda competição com o Governo Regional, numa atitude irrefletida e estéril sem qualquer tipo de resultado, tudo isto completado com ataques injustificados e medidas mal gizadas. -----

Veja-se o pitoresco Posto de Turismo que está fechado em dias de Cidade cheia e onde até chove dentro, sinais de uma atuação precipitada e atabalhoada. -----

Dinâmica? Onde? Como? -----

Quando se rechacemos os investidores sujeitando-os a demoras e informações contraditórias, não se ouvindo os comerciantes, nada fazendo para impedir o fecho



sequencial de lojas e espaços comerciais e organizando eventos que ficam desertos. -----
Autêntica? Quando descarateriza os espaços emblemáticos numa tentativa de copiar, ainda que mal, exemplos vindos de fora. Veja-se o exemplo do Mercado dos Lavradores, que de lavradores já tem muito poucos e os pescadores da Praça tendem a desaparecer. -
Uma Cidade saudável protetora do ambiente, da natureza, dos animais e do património edificado, aqui uma vez mais devem de estar a falar de outra urbe porque esta onde vivemos nunca esteve tão mal tratada. -----

O lixo espalha-se por todo o lado, as ruas cheiram mal, o descuido é evidente e reconhecido por todos residentes e visitantes, é um facto gritante. -----

Os únicos animais bem tratados são os pombos e os ratos que inclusive se banham nos lagos e lagoas dos nossos jardins públicos, de resto as ruas são povoadas por animais errantes e abandonados, nunca tantos como agora, desde a baixa do Funchal até às Zonas Altas e dos Socorridos à Cancela. -----

Finalmente, uma Cidade educadora, criativa, inovadora e vibrante, até onde pode ir uma ilusão coletiva? O exagero é tão maior quanto mais olhamos para a realidade, nada mas mesmo nada de isto se verifica na Cidade onde vivemos. -----

Cidade educadora, só se a participação dos Vereadores e de uma Secretária num Congresso em Buenos Aires, conta como medida emblemática desse vetor de desenvolvimento. Só se considerarmos o uso de plágios e de cópias grosseiras novas forma de criatividade. -----

Inovadora? Onde? Só se for na forma despudorada com que se criam notícias e se povoam os órgãos de comunicação social com publicidade enganosa e informações vazias, e a este propósito gostaria de tecer algumas considerações. Já faz parte do conhecimento geral que a única coisa bem-feita, por este projeto pessoal que é a dita Mudança, é a manipulação óbvia e sem pudor da opinião pública, senão vejamos: excetuando o período inicial aquando

da pantomina que foi a dança dos Vereadores e lugares, todas as notícias surgidas no maior órgão de comunicação social da Região e referentes ao atual executivo autárquico são positivas. -----

Eu próprio consultei 711 edições desse órgão e não encontrei uma só crítica, qualquer aspeto negativo ou notícia menos boa sobre esta Câmara, todas as referências deste género resumiram-se a artigos de opinião, cartas do leitor ou pequenos apontamentos suscitados pelos partidos que se opõem a este regime camarário, não houve qualquer Jornalista dessa casa capaz de averiguar, analisar ou criticar um só único aspeto. Mas eu aqui tenho que suavizar esta minha frase, não é que não tenham existido Jornalistas com essa capacidade, não deixaram é que essa capacidade fosse desenvolvida. -----

É muito estranho tudo isto que se passou, diria mesmo impossível, mas não foi, aconteceu realmente, 711 edições de elogios e boas notícias, nem um boletim municipal seria tão eficaz. -----

Mais recentemente assistimos todos, incrédulos, a duas reportagens em semanários nacionais, a primeira por ocasião da inauguração do Lido e a última por ocasião dos nefastos acontecimentos de agosto, em ambas, os Jornalista admitiram e escreveram nos artigos que viajaram a convite e a expensas da Câmara Municipal do Funchal. -----

Os primeiros para cantarem loas a uma obra que é da responsabilidade da Vereação anterior, como todos nós sabemos, os segundos no aproveitamento de rapina da desgraça que sobre a nossa Cidade se abateu, vêm promover descaradamente o Presidente da Câmara. -----

Para além dos aspetos relativos ao esbanjamento do erário público em manobras de promoção estritamente pessoal, sobressai a total falta de decoro e respeito pelos cidadãos. Manipular a opinião pública, enganar as pessoas, simular os defeitos, abafar os erros e os enganar sistemáticos, tornou-se pedra de toque dos responsáveis pelo governo da nossa



Cidade. Confio porém, que a verdade suplantar a mentira e que este tipo de comportamento terá o devido julgamento no momento certo. -----

Termino dizendo que votaremos contra este Plano e este Orçamento de forma convicta e certos de que a razão está do nosso lado, somos contra um Plano vazio, confuso e artificial e somos contra o Orçamento que lhes dá corpo. -----

Este não é o tempo de hesitar e refugiarmo-nos em abstenções confortáveis, é o tempo de dizer basta, basta de arrogância, basta de prepotência, basta de engano, basta de dissimulação. -----

Os Senhores pretendiam nos dar a melhor Cidade Portuguesa para viver, acabaram por nos deixar em apenas 3 anos uma Cidade que regrediu. Uma Cidade que tem uma imagem difusa daquela que já foi, certamente muito pior do que estava, essa é a vossa marca, esse é o vosso legado. -----

Aproveitava também para agradecer as palavras elogiosas do Senhor Deputado Juvenal Rodrigues.” -----

2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD retorquiu que em termos políticos lhe magoa ouvir o Senhor Presidente da Câmara dizer que nas Zonas Altas, nos últimos quinze anos nada se fez, porque crê que o mesmo foi eleito pelo seu positivismo e por isso não tem necessidade nenhuma de denegrir o trabalho feito até à sua chegada à Autarquia. Assim, deveria de ter a confiança suficiente de pegar no que está feito e desenvolver, alterar e modificar no sentido de melhorar tudo o que pode ser melhorado. -----

Pois ainda o Senhor Presidente Paulo Cafôfo era um menino, e a mesma já andava nas Zonas Altas vendo e vivendo o que lá foi feito, porque quando foi eleita para a Câmara Municipal do Funchal como Vereadora, pelo PS, foi quem propôs, e foi aceite, o Gabinete Técnico das Zonas Altas, no qual os seus colegas fizeram um trabalho notável ao longo de

anos e anos e que sempre fez questão de enaltecer. -----

Porém, é com muita pena que verifica que aquele Gabinete perdeu bafejo e importância e que a desgraça que aconteceu ao Funchal poderia ter sido uma oportunidade de ouro para o revitalizar. Provavelmente com outro nome, porque já não se justifica haver um Gabinete das Zonas Altas, mas o tal Gabinete da Cidade poderia ter sido a partir do mesmo e pegando no trabalho fabuloso que lá foi feito. -----

Informou ainda que aquele Gabinete em catorze anos produziu mil e quatrocentos projetos, uma média de cem projetos por ano. -----

Reconhece que é difícil os Bombeiros, as Ambulâncias e os Autocarros circularem nas Zonas Altas mas não se pode desvalorizar o que foi feito, porque com a ajuda das pessoas na cedência dos seus terrenos, foram gastos milhões de euros para que as mesmas mais facilmente pudessem chegar às suas casas. Por isso se o PPD/PSD fez coisas mal feitas e que deve pedir desculpas então peçam-nas, porque as pessoas tentam fazer o melhor que podem e só não erra quem não faz nada. -----

Referiu também que a Cidade não entrou no descalabro que se encontra por causa da Vereação da Mudança ou do PPD/PSD, mas sim pela conjuntura da crise que o País se encontra, originada pelas leis nacionais, que partido após partido, vão fazendo e que estão a acabar com o comércio, pelo que o Funchal está a decair exatamente como todas as Cidades nacionais e as Câmaras não podem fazer nada, porque estão impossibilitados de criar legislação que possa promover o comércio das mesmas. -----

Por isso, julga que é tempo de todos em política começarem a trabalhar com a verdade, para que a solução para aquilo que aconteceu com os incêndios, dos projetos, da renovação e da reabilitação da Cidade, seja feita por todos porque é para isso que foram eleitos (as). -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP



começou por referir que o CDS-PP no Plano e Orçamento irá opinar sobre as estratégias vitoriais daquilo que entendem estrategicamente para a Cidade do Funchal. -----

- Primeiro, porque o CDS-PP durante aqueles três anos manteve uma postura sensata, de diálogo, de concertação e de cooperação pois cooperaram sempre de forma inequívoca com aquela Vereação liderada pelo Professor Paulo Cafôfo. -----

Assim, passados três anos deram benefícios de dúvidas, apresentaram propostas que acharam relevantes na Vereação da Câmara através do seu Vereador e na naquela Assembleia Municipal, que de alguma forma contribuíram significativamente para a diminuição da carga fiscal na cidade do Funchal. -----

Como tal, questionou ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

- Se eventualmente tivessem a maioria parlamentar naquela Casa, teriam tido o comportamento e o diálogo que tiveram com a minoria? -----

- Se iria baixar a carga fiscal aos Funchalenses no contexto do IRS, do IMI e do IMI Familiar? Depois referiu-se aos pontos que acha negativos: -----

- Reparação / Reabilitação de Pontes - gostariam de saber quais e quantas são as que estão consagradas no Orçamento Municipal para 2017? -----

- Plano Energético do Funchal – porque é que nunca avançou com a eficiência energética na Cidade do Funchal? -----

- Conservação da Natureza e Limpeza - considera muito pouco os três mil e novecentos euros, constatados no Orçamento. -----

- Saneamento Básico - qual a razão de nesta parte final do mandato haver um aumento de setenta e oito vírgula três por cento face ao ano anterior? -----

- O que são Presidências abertas? -----

- É ir todo o Executivo municipal, todos os Presidentes de Freguesia da Mudança e todos os Deputados Municipais da Mudança às Presidências Abertas do Senhor Presidente Paulo

Cafôfo? -----

- E onde é que está a oposição presente? -----

Porque detetaram que numa fotografia de uma das visitas oficiais das Presidências Abertas à instituição Clube Desportivo de São Roque, estava o representante da Assembleia de Freguesia da Coligação Mudança o Senhor Deputado Sérgio Abreu. -----

E os Membros da Assembleia de Freguesia do CDS-PP, do PPD/PSD e da CDU foram contactados para a tal visita ao Clube Desportivo de São Roque? -----

- Bombeiros Municipais e Proteção Civil – imaginando que não vem nenhuma verba da União Europeia e dos Fundos Comunitários, na chamada não dotação orçamental para os Bombeiros Municipais e Proteção Civil, o que é que irão transmitir em dois mil e dezassete? Vão culpar o Governo Regional? Foi uma má negociação do Governo Regional? Nunca estiveram presentes nessas reuniões? Nunca cooperaram de forma institucional com o Governo Regional? Têm um plano B? -----

- Turismo – não percebe o porquê da descida das verbas cabimentalmente orçamentadas, pelo que esperam que em dois mil e dezassete haja um reforço de verbas substanciais naquela área. -----

- Desporto – qual a razão do decréscimo também acentuado naquela área desportiva? ---

- Empréstimos e Receitas Municipais - sublinhou que o empréstimo contraído e aprovado naquela Assembleia Municipal é para pagar durante vinte anos, ou seja, quem quer que ganhe aquela Câmara, durante vinte anos estará preso com cofinanciamento bancário. ---

- Fundos Comunitários - sobre aquela matéria o CDS-PP irá, sem dúvida nenhuma, fazer pressão na Assembleia Legislativa Regional e no próprio Governo Regional em matéria legislativa, até porque o Vereador do CDS-PP, José Manuel Rodrigues, como Deputado à Assembleia Regional, num debate parlamentar já teve oportunidade de falar sobre as transferências da cooperação entre o Governo Regional e as próprias Câmaras Municipais,



para que de forma transparente criem condições para que haja fontes de financiamento externos no sentido de alavancar a economia, o poder económico, os pequenos e médios empresários, as Zonas Altas do Funchal e o saneamento básico. -----

- Protocolo com o Turismo de Portugal – questionou Paulo Cafôfo, não só como Presidente daquela Autarquia mas também como Presidente da AMRAM, se os seus colegas autarcas também poderão pedir uma verba do Turismo de Portugal? -----

E como Presidente da AMRAM, porque é que não defendeu orçamentação nacional para os outros municípios da Região Autónoma da Madeira? -----

- Diminuição da dívida comercial da Câmara Municipal do Funchal – elogiou a redução daquela dívida comercial, sublinhando que o Vereador das Finanças Eng. Miguel Gouveia em concertação com os Técnicos e Funcionários daquela Câmara, fez um excelente trabalho na área financeira. -----

No entanto, para haver maior transparência, maior visão de servir a Cidade e para haver uma opinião pública sobre os políticos diferente, informou que estão a ponderar requerer ao Presidente da Assembleia Municipal, uma informação sobre quais são as obras que a Autarquia durante aqueles três anos, fez por ajustamento direto, embora estejam cientes que a Lei consagre até duzentos mil euros. -----

Depois, se aquele Executivo concordar, farão uma proposta para que as adjudicações entre cem mil euros a duzentos mil euros possam ter concurso público para que logrem ser também transparentes. -----

Realçou que aquela bancada municipal não tem dúvidas naquela matéria, mas crê que com aquela proposta aproximarão mais os cidadãos dos políticos. -----

- Frente MarFunchal - transmitiu que já informaram o Senhor Presidente que pretendem saber quais as pessoas que lá entraram sob responsabilidade política do mesmo, e que aquele tem de respeitar o requerimento daquele grupo municipal. -----

Não estão a visar ninguém nem têm nada a nível pessoal, apenas julgam que todos os cidadãos desempregados do concelho do Funchal deverão de ser tratados por igual e com transparência. -----

4 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

apontou o seguinte: “A nossa análise sobre os documentos que agora estão em discussão, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, é uma análise essencialmente política e não técnica nem contabilística. -----

A nossa posição, as nossas propostas e as nossas preocupações que também são reflexo das preocupações das populações, têm sido manifestadas e repetidas ao longo dos anos, quer quando a maioria na governação camarária era PPD/PSD, quer com a alteração da força dominante após as últimas eleições autárquicas. -----

Um conjunto de preocupações tem norteado a intervenção política e propostas apresentadas pela CDU ao longo dos anos, entre elas as questões relacionadas com acessibilidades e o reforço necessário do investimento na concretização das mesmas, nomeadamente num conjunto de localidades das Zonas Altas e Super Altas o que permitiria esbater assimetrias e para além de dotar estas mesmas localidade de acessibilidades condignas, algumas delas com capacidade para a circulação dos Transportes Públicos levaria também o acesso ao saneamento básico, nomeadamente à rede de esgotos. -----

A habitação quer na vertente dos bairros sociais, quer na reabilitação para posterior constituição de habitação, permitiria dinamizar a economia local e numa outra perspetiva repovoar algumas das áreas da cidade do Funchal. A legalização da habitação, chamada de genesis ilegal, com a tomada de medidas que permitam facilitar e agilizar os processos de legalização, a requalificação das zonas Altas e Super Altas com a criação de condições para uma melhoria da qualidade de vida e para o bem-estar das populações, instalando equipamentos, criando centralidades e novos polos de desenvolvimento. Estes tem



constituído alguns exemplos da intervenção que tem norteado as iniciativas e as propostas apresentadas pela CDU nos órgãos Autárquicos do município. -----

O Orçamento e Plano de Investimentos propostos para 2017 valoriza algumas destas áreas consideradas por nós como fundamentais, mas é possível ir mais além e vencer alguns desses constrangimentos, daí que o investimento já previsto será reforçado com a consagração do empréstimo de 5 milhões de euros propostos pela CDU em última reunião do Executivo camarário, o que juntando aos 10 milhões igualmente resultante de propostas apresentadas por nós, que transitam de 2016, significam um claro reforço das verbas disponíveis para investimento. Na prática isto significa dizer que das propostas apresentadas por nós, representam cerca de 60% do investimento previsto. -----

Esta capacidade de endividamento por parte da Câmara e a necessidade de fazer investimento público para dinamizar a economia e criar postos de trabalho, por conseguinte há um conjunto de fatores positivos para a Câmara utilizando a capacidade que tem para endividamento e poder reforçar aqui o investimento em várias áreas, promovendo um conjunto de intervenções que só pecam pelo atraso registado na efetivação das mesmas e há que dar cumprimento aos compromissos assumidos, não só connosco mas também com as populações e que foram sendo adiados e atrasados na sua efetivação. -----

A Cidade e o Concelho necessitam de um novo ciclo de desenvolvimento sustentado e sustentável, de investimento que promova a criação de emprego e a dinamização da economia, de políticas que consagrem o investimento local de proximidade e na melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, na criação de mais e melhores acessos, na promoção do acesso a bens e serviços essenciais, na requalificação e reabilitação da Cidade, do seu património edificado, na fixação das populações e na atração de novos investimentos. -----

Este não é o Orçamento e Plano desejado e necessário para satisfazer as necessidades,

direitos e anseios das populações mas dado consagrar um conjunto de reivindicações importantes, já o assumimos, viabilizaremos o Orçamento e Plano aqui em discussão.” ----

5 – A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM começou por felicitar aquele Executivo, nomeadamente na pessoa do Senhor Vereador Miguel Gouveia, porque como a Mudança é uma rutura com as práticas do passado, agrada-lhe ver que aquele é o Orçamento mais participativo de sempre da Câmara Municipal do Funchal, uma vez que aquele Executivo teve o cuidado de se reunir com os representantes dos Grupos Municipais, com os Deputados Independentes e com os Presidentes de Junta de Freguesia. De seguida, dirigindo-se à Senhora Deputada Elisabete Andrade, lamentou que mais elementos do PPD/PSD não tenham tido a postura que a mesma teve, porque se o representante daquela bancada, que na altura foi o Senhor Deputado Rui Cortez, tivesse sugerido o que aquela sugeriu, com certeza que seria englobado naquele Orçamento. Porque aquele Executivo tem tido uma abertura de discussão e de um pensar a Cidade em conjunto. -----

Depois para perceberem a evolução do Orçamento de dois mil e dezaseté, lembrou aquilo que era o Orçamento de dois mil e catorze: -----

Em dois mil e treze, a dívida total daquela Autarquia era de noventa e sete vírgula sete milhões de euros, dos quais trinta e oito milhões de euros eram a fornecedores e cinquenta e quatro milhões de euros relativos a empréstimos de médio e longo prazo. -----

No presente recuperaram a credibilidade daquela Autarquia, porque em três anos reduziram um total de cerca de quarenta milhões de euros, e o prazo médio de pagamento foi encurtado para sessenta dias, alavancando assim a economia local. -----

Como tal, agradecia ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues, que fez um trabalho extraordinário a ler o Diário de Notícias da Madeira todos os fins-de-semana, tal como lhe confessou, para saber que o Executivo camarário teve setecentas e onze notícias sem



aspectos negativos, para que também com o mesmo rigor e transparência faça o mesmo mas vendo o que é que foi cumprido e o que é que falta cumprir. -----

Porque aquela Câmara não só construiu numa área de reabilitação urbana, devolveu o Lido à Cidade, criou as novas acessibilidades nas Zonas Altas, como também tem uma estratégia municipal para o Turismo, que poderá ser complementada com alguma mais-valia da proposta do CDS-PP. -----

Também na área social foram feitos Programas de Comparticipação de Medicamentos, de Subsídios de Arrendamento, de Formação e Contexto de Trabalho, de Apoio às Habitações Degradadas a Famílias Carenciadas, o Câmara à Porta, de Apoio à Natalidade, a Loja do Múncipe, o Orçamento Participativo, o Gabinete da Igualdade de Género, a Questão da Causa Animal, o Ambiente, os Manuais Escolares e as verbas às Juntas de Freguesia que é dar ao poder local outra força. -----

Por isso, considera que quem não acompanha aquele trabalho é quem não tem visão do futuro, tal como o Senhor Deputado Carlos Rodrigues que revelou uma profunda e absoluta desilusão em relação aos destinos da Cidade, um fracasso a todos os níveis porque a cidade parou no tempo e está votada ao abandono. -----

Finalizou dizendo que o GMM votará e está rigorosamente a favor daquele Orçamento. ---

6 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM a exemplo da Deputada anterior começou por referir que de facto houve uma abertura para ouvir e esclarecer os líderes municipais presentes, com a exceção do PPD/PSD que não se fez representar. -----

Considera que aquele Orçamento é de rigor, de transparência, de um real saneamento financeiro e de um “arrumar a casa”, apesar da pesada “herança” dos acordos processionais e dos SWAP’S que prejudicou o Município em cerca de um milhão de euros, da falta de coerência política da não devolução dos cinco milhões de euros do IRS do

Governo Regional ao Município do Funchal, e dos contratos-programa que desapareceram completamente. -----

Como tal, sabem que o PPD/PSD irá votar contra aquele Orçamento porque pela breve análise do comportamento dos grupos municipais, verificaram que o mesmo votou contra o Orçamento e Plano de dois mil e treze, de dois mil e catorze, de dois mil e quinze. Porém, nunca apresentou uma proposta por escrito ou verbal para enriquecer o orçamento, demonstrando assim ser um grupo desfasado na proposta construtiva sendo apenas um grupo da crítica por mera crítica sem qualquer proposta alternativa ou de alternância. ----- Assim, quem votar contra aquele Orçamento terá que explicar aos Funchalenses, principalmente os das Zonas Altas, a razão por que não irão ser feitas as obras previstas nas mesmas. -----

Sobre a poupança, disse que existem naquele Orçamento medidas que fazem poupar dinheiro tais como: um concurso de aquisição de combustíveis, a situação das compras, a futura centralização de armazéns, o contrato de cópias e a impressão e fotocópias. -----

Disse ainda que ao longo dos últimos anos há obra feita, dando como exemplo a reestruturação e revitalização do Mercado da Penteada que estava votado ao abandono e o alargamento do Paiol. -----

Terminou dizendo que quem é contra a missão de o Funchal ser uma Cidade mais perto das pessoas e pelas pessoas, mais democrática e a melhor do País, não é ambicioso e não quer trabalhar. -----

7 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM expressou o seguinte: “Eu gostava de dizer que está visível nesta Sala, o comportamento dos diversos grupos municipais em relação ao ponto que estamos a discutir que é o Plano e Orçamento. Enquanto o Grupo Municipal do CDS contesta, apresenta propostas e inclusive revê-se em algumas políticas que a Câmara tem desenvolvido, a partir de propostas que tem



apresentado no executivo e na assembleia, que a Senhora Deputada do PCP/PEV-CDU reconhece que tem contestado e apresentado propostas que neste Orçamento estão contempladas para dar resposta, sobretudo através do novo empréstimo à concretização de obras que são importantes nas Zonas Altas, ouvir a Senhora Deputada Elisabete e ouvir o Senhor Deputado Carlos Rodrigues, achei que estavam aqui duas posições completamente opostas do PPD/PSD. -----

Porque a imagem que o Senhor Deputado Carlos Rodrigues deu do Funchal, eu pensei que não é a minha cidade onde vivo. Por isso, Senhor Deputado é mais correto argumentar politicamente dizendo: não estou de acordo com a vossa política, com as vossas propostas e tenho estas. -----

Isto é que é política, nós somos uma Assembleia de políticos e estamos a discutir política, não estamos de acordo com uma coisa, vamos apresentar alternativa, esse é o nosso dever, é assim que se faz. Só contestar e não apresentar propostas é deitar tudo abaixo, é não querer contribuir positivamente para o desenvolvimento do nosso Concelho, não é amar o Funchal, não é gostar do povo do Funchal porque quem ama o Funchal e gosta do povo do Funchal, contribui para um Funchal cada vez melhor. -----

Não é isso que os Senhores Deputado fazem, eu admito que o Senhor Deputado é divergente, claro que é, toda a vida tive debates nesta Assembleia com o Senhor Deputado quando era poder, por acaso agora é oposição, nunca pensei estar neste papel mas estamos e sempre discutimos deste ponto de vista, discordarmos em democracia é a coisa mais bonita que existe. -----

Eu discordo muitas vezes no meu Partido e no GMM, faz parte do debate e depois unimo-nos para a ação, para fazer coisas é para isso que existe a democracia. Agora a democracia não pode ser só para deitar abaixo, só para afundar, só para dizer mal. -----

Nós precisamos de outro conceito da democracia, uma democracia pela positiva e pela

divergência também, com certeza, pela divergência ideológica, pragmática, política, estratégica, como quiser, não há problemas nisso, isso é uma coisa, outra coisa é só dizer por dizer mal e isso lamento muito que o Senhor Deputado Carlos Rodrigues com o tempo de política, não é só eu que ando na política há muitos anos, só um bocadinho de bom senso fazia bem. -----

Por isso quis vir aqui à tribuna para olhar para os (as) Deputados (as) do PPD/PSD, gente que eu conheço há muitos anos a trabalhar a dar o seu melhor também pelo bem da Cidade, e se calhar o Senhor Deputado também nas áreas onde tem estado. -----

Não estamos aqui para atacar pessoas e por isso Senhor Deputado um apelo, por favor não venha dizer que o nosso Funchal está como se fosse uma cidade do terceiro mundo ou pior que isso, e sem ofensa ao terceiro mundo que tem problemas lamentáveis e que nós lamentamos. -----

Eu queria dizer que o Senhor Presidente da Câmara fez no início uma intervenção política sobre o que guiava este Plano e Orçamento, e sobre a intervenção do Senhor Presidente ninguém contestou que era verdade que reduzimos o IMI como tínhamos prometido, incluímos o IMI Familiar, a devolução do IRS com o contributo importante que o CDS-PP deu nessa questão, assumimos sem complexos, redução de isenção e de taxas municipais, redução do pagamento aos fornecedores, pagamento aos trabalhadores do que lhes tinha sido roubado conforme as orientações do novo Governo. -----

Isto foram promessas que estão a ser cumpridas e que propomos continuar a fazer no último ano do nosso mandato, mas desta vez com mais concretização, que os (as) Senhores (as) Deputados (as) sabem que tem a ver com o empréstimo de 10 milhões de euros que aprovamos por unanimidade para fazer investimento nos Bairros Sociais. -----

Eu penso que também conheço bem os Bairros Sociais, Senhor Deputado, e também sei que há uns onde há uma parte de cima que é do Governo Regional e outra que é da



Câmara. -----
Sei que o Governo tem andado numa corrida, para ficar bem nas fotografias, junto às pessoas, faz muito bem está a fazer o seu trabalho e tudo o que seja por bem que venha, e nós vamos fazer o nosso a bem das pessoas que é o que nos move e o que nos deve mover enquanto políticos e representantes da população.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** debateu: “A minha intervenção vem na sequência da intervenção da Senhora Deputada Guida Vieira e Senhora Deputada Guida Vieira deixe-me que lhe diga, eu acato com toda a sinceridade, com toda a humildade os reparos que faz pela simples razão do trabalho que a Senhora desenvolveu ao longo destes anos de Autonomia. -----

Eu respeito muito isso, tanto é que ainda há semana passada em Santana a conversar com uma Senhora bordadeira, eu elogiei o trabalho que a Senhora teve em função e em defesa das Bordadeiras da Madeira. Do trabalho escravo que elas tinham e que a Senhora juntamente com algumas outras pessoas, valorizaram esse trabalho e deram os direitos que essas pessoas mereciam. -----

Portanto Senhora Deputada, eu não tenho absolutamente nenhum problema em elogiar aquilo que é bem feito seja de quem for, seja da UDP, seja do MRPP/PCTP, seja do PS, seja de quem for. -----

Tanto é Senhora Deputada que eu aqui, e não me vai deixar mentir, já por diversas vezes elogiei o trabalho de algumas coisas que foi feito por este Executivo, é por isso que eu acato, por respeito ao seu trabalho, por respeito ao trabalho que desempenhou e desempenha ainda com muito valor na sociedade, é por isso que eu acato nem refuto e vergo-me perante esse reparo, porque é de uma pessoa que tem um percurso que é muito mas mesmo muito superior ao meu quer em tempo, quer em qualidade de trabalho que foi feito. -----

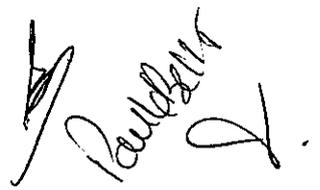
Eu não tenho qualquer problema em reconhecer isso da sua parte, porque aqueles que fizeram melhor do que eu, eu reconheço. Agora Senhora Deputada, não me peça nunca para eu me calar perante aquilo que eu acho que é aquilo que eu penso, aquilo que é a minha opinião. -----

Porque a Senhora Deputada ao pretender de certa forma condicionar a minha intervenção apelando a esse meu bom senso, está, ainda que não intencionalmente, ainda que não seja a sua vontade, a ir contra tudo aquilo que foi vítima nos últimos 40 anos. A Senhora foi vítima e eu reconheço que foi, foi vítima na altura do 25 de Abril, foi vítima também, inclusive de insultos e ofensas por parte de pessoas deste Partido, eu reconheço isso porque eu também não gostava de sofrer as mesmas ofensas e os mesmos insultos. -----

Primeira coisa, e reconheço e muito o seu valor, não tenho qualquer problema em dizê-lo publicamente e em dizer às pessoas que eu encontro na rua, não me pretenda condicionar aquilo que tenho para dizer, a minha liberdade de expressão e como sabe e a Senhora Deputada também já usou muito no passado, o discurso político é feito muitas vezes na forma metafórica, é feito muitas vezes com palavras mais bombásticas. -----

Olhe o seu partido a nível nacional. É perito em sound bytes, em grandes frases, em grandes parangonas depois sem concretizar e sem explicar aquilo que está lá, mas no entanto, como sabe, vivendo nesta sociedade mediática em que nós vivemos, é isso que fica, são essas tiradas que ficam. -----

E quando eu fiz essas referências à Cidade é porque a Cidade está pior e não é o Carlos Rodrigues que diz, não é o Carlos Rodrigues que analisa, não é o Carlos Rodrigues que tira fotografias, não é o Carlos Rodrigues que publica, não é o Carlos Rodrigues que denuncia, não é o Carlos Rodrigues porque tem um capricho qualquer ou porque é do PPD/PSD. Tudo aquilo que eu falei Senhora Deputada, são factos que foram denunciadas por pessoas que sofreram e deram de caras com esses problemas. -----



A Senhora Deputada disse quando olhou para esta bancada que ouviu do Deputado Carlos Rodrigues uma coisa e da Senhora Deputada Elisabete Andrade outra coisa, mas não é isso que defende e que sempre defendeu durante toda a sua vida? Que nos partidos haja diálogo, haja debate, que cada pessoa que pensa à sua maneira defenda o seu pensamento? -----

Acha que eu cheguei ao pé dos meus colegas Deputados e disse: pessoal só dizem o que eu disser. Só falam o que eu falar, acatem e obedecem. -----

Não foi disso que criticaram o PPD/PSD durante anos? -----

Senhora Deputada quer melhor demonstração de que aqui se pensa de maneira diferente? Agora, há opções políticas que têm que ser feitas e a opção política que o Grupo Municipal do PPD/PSD tem é de votar contra este Orçamento, da mesma maneira que os Deputados da Mudança têm votado também contra os Orçamentos das Juntas de Freguesia que são do PPD/PSD e alguém diz que isso é mau? É a sua posição. -----

Porquê que isso não é respeitado? -----

Porquê que isso é atacado desta forma? -----

É como na Assembleia Legislativa da Madeira há os partidos que fazem as suas propostas e há uns que votam sem fazer propostas. -----

Mais, há partidos que apresentam propostas mas não dizem, por exemplo, quanto é que essa proposta vai custar, qual é o impacto que essa proposta tem e se vão ao ponto inclusive de dizer: está aqui a proposta, agora o Governo que calcule o seu impacto. -----

Acha que é isso que deve acontecer? -----

É a mesma coisa que eu chegar aqui com uma mão cheia de propostas, com um novo Orçamento e dizer assim: Senhor Presidente está aqui faz favor faça as contas. -----

Acha que isto é legítimo? -----

Isto é que é fazer oposição construtiva? -----

Nós temos a nossa ideia, nós apresentamos o nosso programa, os Funchalenses escolheram o programa da Mudança, é a Mudança que tem que governar. A Mudança governou de uma determinada maneira, nós apontamos as críticas, criticamos e não concordamos, é isto que é a democracia. -----

E da mesma maneira Senhor Deputado Sérgio Abreu, que eu levo os assuntos à Assembleia o Senhor Deputado traz os assuntos aqui, mas eu também podia ir buscar os assuntos da República, não há nenhum mal, não vem nenhum mal ao mundo. -----

Portanto o Senhor Deputado não me critique quando eu falo de certos assuntos aqui e depois começa a sua intervenção a dizer: bom estamos aqui para falar do Orçamento, não tragam cá outras coisas. -----

Senhor Deputado o nosso tempo é livre para ser usado conforme aquilo que é a nossa posição e a nossa opinião, e em ponto algum houve um desvio tão grande dos assuntos que foram trazidos à coação. Portanto não vejo qual é o problema, faz-me impressão porque eu vivi nesta Assembleia mais de 15 anos e nós fomos sempre criticados, porque não deixávamos a oposição trabalhar, não deixávamos a oposição falar, éramos autoritários, ditatoriais, fascistas, fomos apelidados de tudo isto e agora cada vez que alguém, agora da oposição, faz uma crítica, aponta uma situação é logo atacado de forma arrasadora como se isso não fosse um direito. -----

E Senhora Deputada Guida Vieira, com todo o respeito é a pessoa talvez, e olhe que eu não estou a exagerar, que aqui dentro nesta Assembleia, eu respeito mais publicamente como disse há pouco pelo seu passado, pela luta que travou. -----

Tem uma ideologia com a qual eu não me revejo minimamente mas tenho que respeitá-la, é a sua maneira de pensar e é isso que tem que ser respeitado, da mesma maneira que eu pedia, não pelo meu passado político que não é assim tão relevante como o seu, mas se eu penso de uma maneira eu acho que esse respeito tem que ser mútuo e portanto não é



só respeitar a sua ideologia por ter espírito democrático é respeitar também a história, o trabalho que foi feito, da mesma maneira que eu até já ouvi aqui elogios ao Dr. Alberto João Jardim. -----

É óbvio que existem defeitos, existem problemas, existem situações, existem insultos, existem ofensas, existem várias coisas, mas há um trabalho que foi feito. Podia ter sido feito de outra maneira? – É óbvio que sim, todos nós podíamos ter feito o trabalho que desempenhamos no passado, de outra maneira. -----

É por isso que, neste debate eu aponte e fiz as críticas que fiz, usei uma linguagem política e de debate, pode-se não gostar dela, pode-se dizer que o Carlos Rodrigues é bruto, é exagerado, mas é a minha opinião, é aquilo que eu penso e não ofendi ninguém, a única linha que separa uma intervenção, que eu considero o limite, é a ofensa e o insulto, a partir daí para mim tudo é permitido. -----

Também não menti, apenas relatei os factos que outros relataram, transmiti o que outros transmitiram, pode dizer *está a exagerar, é só meia dúzia de pessoas*, está no seu direito, tem toda a razão, mas o grande julgamento será nas próximas eleições em outubro e aí vamos ver se aquilo que o Carlos Rodrigues transmitiu era a verdade, ou era aquilo que de facto a sociedade e as pessoas pensavam, ou era a imagem que a Senhora Deputada Guida Vieira acha que as pessoas pensam. -----

E aí nesse dia, Senhora Deputada Guida Vieira, se eu tiver o seu número de telefone e perder as eleições, ligo para si e digo: Senhora Deputada eu estava errado e a Senhora estava certa. -----

Não tenho qualquer problema em fazer isso, porque nem todos temos a mesma perceção da realidade, esta é a perceção que eu tenho, posso estar enganado, podem as pessoas todas que falam comigo me mentir, logo a minha perceção é errada. Mas é aquela que eu tenho neste momento e aquilo que vai ser julgado é este trabalho de 4 anos que vai ser

feito. E esse julgamento é superior a todas as análises que aqui nós fizemos e é aquele o único que nós temos que respeitar, porque é o julgamento das pessoas, esses sim são aqueles que contam e esse sim é aquele que conta.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** disse julgar que não haverá ninguém naquela Assembleia há mais tempo do que ele, porque está ali desde dois mil, por isso já sabe como é que as coisas se procedem e no momento que foi chamado para interpelar achou que estava a falar demasiado cedo, pensou que era melhor ouvir primeiro o que os outros Senhores Deputados tinham a dizer, para depois fazer a sua intervenção dentro do seu tempo, voltando a inscrever. -----

--- Por esta ocasião a **Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** interpelou a Mesa e cortou a palavra ao Senhor Deputado Rui Cortez. -----

O Senhor Presidente da Mesa dando-lhe a palavra, aquela começou por pedir desculpa pela interrupção, mas não está de acordo que a Mesa tenha dado a palavra ao Senhor Deputado Rui Cortez naquela ocasião, porque o mesmo na altura de intervir, conforme a sua inscrição, prescindiu e no momento gaba-se que intervém depois de ouvir os outros. -

No seu entender aquele depois de prescindir não pode voltar a intervir porque está a alterar as regras daquela Assembleia. -----

Como tal, questionou se há regras ou não há regras? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu a Senhora Deputada Guida Vieira, que cada grupo tem um determinado tempo para discussão, que está definido regimentalmente e que tem sido essa a regra na condução dos trabalhos. -----

O que sucedeu é que durante o período de discussão, surgiu tanto da parte do Senhor Deputado Carlos Rodrigues, como do Senhor Deputado Rui Cortez a necessidade de intervir. -----

Nesse aspeto a Mesa tem tido, dentro do limite temporal que cada grupo tem para intervir,



a tolerância no sentido de perceber que ao longo da discussão há determinados aspetos que os (as) Senhores (as) Deputados (as) possam entender ser pertinentes para intervir, pelo facto de durante a discussão anterior ter havido determinadas questões que antes não suscitavam a intervenção. -----

Mas perante a intervenção da Senhora Deputada Guida Vieira, tanto o Senhor Deputado Carlos Rodrigues como o Senhor Deputado Rui Cortez, acharam necessidade de intervir. Tal como o GMM por ainda ter vinte e oito minutos, se quiserem podem voltar a se inscrever para intervenções adicionais. -----

Acrescentou que é também entendimento da Mesa que dada a importância do tema que está em discussão, para que o mesmo seja o mais discutido de forma abrangente e completa, estão também a ter a tolerância de permitir inscrições adicionais para intervenções dentro do tempo que está previsto regimentalmente. -----

Pelo que é legítimo que qualquer Deputado (a), fruto da discussão que já houve anteriormente, queira nesse momento intervir não obstante não ter querido intervir no momento que estava inicialmente inscrito. -----

Assim, acha que deve de haver o bom senso e a tolerância para permitir a discussão do ponto nos moldes em que está a ser discutido. -----

Finalizou pedindo desculpa ao Senhor Deputado Rui Cortez por o ter interrompido e ter intervindo, mas achou que aquele esclarecimento era pertinente para toda a Assembleia, uma vez que aquela situação não é normal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** também interpelou a Mesa para manifestar que aquele momento é demasiado importante para andarem com brincadeiras de mau gosto. -----

Compreende e concorda que o Senhor Deputado Rui Cortez e todos os (as) Deputados (as) tenham direito a usar da palavra mais do que uma vez, todas as vezes que quiser e

bem entender e expressar livremente a sua opinião. -----

O que não concorda, é que um Deputado tenha prescindido do uso da palavra e depois por julgar que participa naquela Assembleia há mais tempo que os presentes, julga-se no direito de intervir quando lhe convém. -----

Se assim for, terão que rever o Regimento para que as “espertezas saloias” sejam completamente aniquiladas dos Regimentos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** elucidou o Senhor Deputado Sérgio Abreu que em lado nenhum do Regimento é dito que um (a) Deputado (a) só pode fazer uma intervenção. -----

Embora tenha sido essa a norma na discussão dos pontos não impede, como já referiu no esclarecimento anterior, que o GMM o faça ainda nos vinte e oito minutos que tem, tal como fez e bem, a Senhora Deputada Micaela Camacho que se inscreveu uma segunda vez e a Senhora Deputada Guida Vieira que está inscrita uma segunda vez. -----

Depois voltou a pedir desculpa ao Senhor Deputado Rui Cortez por aquela situação e deu-lhe a palavra para o mesmo continuar a sua intervenção. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia, por devolver a democracia àquela Casa e permitir que fale no tempo que têm disponível. -----

Continuando disse: “Senhor Presidente ainda bem que eu decidi falar depois das intervenções que aconteceram, porque veja-se o exemplo do que acabou de acontecer, durante anos estes (as) Senhores (as) criticaram que nós cortávamos a palavra, não os deixávamos falar, não os deixávamos dar opinião e tentaram agora por várias vezes através de vários Deputados, impedir que um Deputado do PPD/PSD falasse durante o seu tempo. Aquilo que eu disse que estou aqui há 16 anos e que conheço muito bem, é como funciona o Regimento desta Casa. Eu não disse que sou melhor que ninguém ou que penso melhor



que ninguém, eu conheço os meus direitos e os direitos que assistem a cada Deputado (a) provavelmente melhor, porque já li, eventualmente, o Regimento mais vezes, pelo que parece. -----

Senhor Presidente é por estas atitudes que estas pessoas que estão aqui atrás e que se calhar representam muitos cidadãos estão fartos de todos nós. -----

A Senhora Deputada disse que nós cá dentro somos políticos, pois se quer que eu lhe diga, hoje em dia já tenho muito receio em afirmar se sou ou não político. -----

Não me considero político, sou um gestor de profissão, faço apenas este meu papel na Assembleia Municipal e hoje em dia, nós todos aqui, devíamos ter algum pudor em afirmarmos que somos políticos, não me soa bem dizer isso, ninguém hoje em dia quer saber dos políticos, e porquê? -----

Porque vem-se a uma Assembleia Municipal para discutir um Orçamento e é isto que se vê, a Senhora Deputada que merece todo o respeito como já aqui foi dito pelo meu colega, fez uma intervenção no âmbito da discussão do Orçamento e do Plano de 2017 e o que é que falou sobre o Plano? – Nada. -----

Criticou a opinião do PPD/PSD, criticou a posição dos (as) Deputados (as) desta bancada. Contribuiu para a discussão do Orçamento? – Zero. -----

O Senhor Deputado Sérgio Abreu por mais tempo que eventualmente tenha tido de experiência, nas suas interpelações acaba sempre na mesma redundância, ofender aquela bancada. -----

Não sabe defender aquilo que é o Plano e o Orçamento da Mudança, não fala sobre um número que seja deste Orçamento, não explica uma medida, parece que é “cão de fila” que é mandado dizer uns bitaites, falar do Jornal, falar do Governo e aquilo que criticavam durante anos e anos vimos aqui lamentavelmente acontecer. -----

Então pergunto, porquê que não andam a vencer eleições populistas como o senhor

Trump? -----

As pessoas estão fartas dos políticos, as pessoas estão fartas destas confusões e destas discussões em Assembleias, não é para isso que as pessoas votaram em nós, não foi para isso que se inscrevem para falar nesta Assembleia Municipal, não é para isso que cá vêm, não é isso que amanhã querem ler nos Jornais, ou se é isso então não contem comigo, porque eu não estou para esse tipo de política nem contem com o PPD/PSD nesta Assembleia para esse tipo de discussão. -----

Começando agora a minha intervenção sobre o Orçamento que está cheio de pérolas, não poderíamos deixar passá-las em branco. -----

A primeira pérola é apenas simbólica, mas como está agora na moda as Câmaras falarem e transmitirem coisas em inglês e depois terem gaffes, esta Câmara também quis fazer o mesmo e quiseram no orçamento da Frente MarFunchal evocar uma frase de um grande economista austríaco, que foi mentor das muitas ainda leis e métodos da gestão da coisa pública o senhor Peter Drucker, só que não souberam escrever o nome do Senhor, está mal escrito. -----

Passando agora ao que mais interessa, Senhor Presidente e Senhores (as) Vereadores (as) da Mudança, eu já no ano passado disse que esta Câmara estava a retomar e a fazer muitas das coisas que criticavam ao PPD/PSD. -----

Ora bem, a carga de medidas que voltam a implementar este ano é muito maior em relação àquilo que criticavam o PPD/PSD de fazer e que agora vocês também fazem. -----

Contratos-programa era uma vergonha, era o Governo a gerir as Câmaras, agora afinal fazem falta ao Orçamento do Funchal e o Senhor Presidente, pela sua voz, reclamou que eles deviam acontecer. Nós também achamos que sim, perguntamos é porque eram criticados? -----

Os Senhores porventura não estavam cá, mas esta Câmara desde que eu cá estou sempre



criticou os Contratos-programa, agora afinal eles são bons, é importante que o Governo apoie as Câmaras Municipais. -----

É que passamos 30 anos a ouvir dizer que isso era ingerência do Dr. Alberto João Jardim na política camarária, agora ouvimos dizer pelo Dr. Paulo Cafôfo que afinal é importante para as Câmaras, fico sem saber onde é que navegamos e para quê que eles são importantes, se é só para atirar para as parangonas dos jornais que deviam de existir e não existem, ou se quer mesmo que eles existam e se defende essa política como Presidente de uma Autarquia. -----

Este Orçamento supera já em valor absoluto o último Orçamento do PPD/PSD nesta Câmara de 95 milhões de euros, este já é de 97 milhões de euros, porque finalmente incluem um empréstimo, aumentam o endividamento. Aquilo que passaram anos aqui nesta Câmara a dizer que era o problema da Câmara Municipal do Funchal, que era o seu nível de endividamento, nós a defender que o problema do endividamento é quando se contrai e não se pode pagar, não é o endividamento em si, porque o endividamento representa investimento e se a Câmara tem capacidade de pagar porque não contrai-lo? O que está errado numa dívida é em contrai-la e não poder pagá-la, mas se a Câmara contrai e investe em coisas razoáveis e úteis para a Cidade e pode pagar, é muito bom que o faça. -----

Agora pergunto, que mal fizeram os Funchalenses para terem que passar 3 anos sem qualquer tipo de investimento e ter que esperar para o último ano do mandato para ser feito investimento? E ainda por cima vem todo de uma vez, a criação da dívida, aquilo que esta Câmara vai deixar para a próxima, seja ela de que cor for, venha a que vier depois, vocês estão a criar endividamento que tanto criticavam. -----

De 9 milhões e meio de euros que estão a propor neste Orçamento, que parece que só o empréstimo desta Câmara é maior que qualquer Orçamento de qualquer Câmara desta Região, admito que não conheço o da Câmara de Santa Cruz que provavelmente é maior

que 9 milhões e meio de euros, portanto é um investimento maior do que 9 concelhos desta Região e 9 milhões e meio de euros representa um aumento superior a 20% no endividamento da Câmara. -----

Outra questão que é preciso e já aqui o meu colega desmistificou, foi a questão da redução do Passivo e que esta Câmara reduziu o Passivo. A Câmara reduziu o Passivo porque era obrigada a isso, se tem liquidações de empréstimos a fazer, como já havia nas anteriores, tem que pagá-los. Esta Câmara não disse: em vez de investir aqui, vamos juntar este dinheirinho que vamos poupar e vamos amortizar mais depressa estes empréstimos. -----

Esta Câmara está a cumprir com um plano de pagamentos e porquê que reduz o Passivo?

– É óbvio, se ela só paga e não contrai novos, não investe, a dívida tem que diminuir. E este ano já não vai diminuir, aquilo que se prevê no Orçamento de abatimento de dívida é de 7.6 milhões de euros com uma contração de uma dívida de 9 milhões e meio de euros, já vai ser maior a contração de dívida do que é o abatimento da existente, ou seja, a descida em termos de abatimento de dívida vai ter novamente uma inflexão porque vai haver investimento. -----

E agora pasme-se, aqui é que começam as pérolas deste Orçamento, é que a maior fatia da dívida que vocês criticavam desta Câmara, era em habitação, dentro das tranches, tirando o PAEL, a maior dívida dentro do endividamento era a habitação. E veja-se agora o que é que o Senhor Presidente da Câmara vem defender, e na nossa ótica bem, vamos fazer e vamos investir na habitação, mas porquê 3 anos há espera para fazer no último ano? – Será para fazer aquilo que sempre criticaram ao PSD, deixar o corta - fita para o fim e as obras para o fim do mandato? É por esta razão? -----

É que não tem nada que ver com a redução da dívida, porque se ela fosse contraída mais cedo podendo ser paga, isto poderia ter sido feito de forma faseada mais cedo, não havia problema nenhum, nem legal do ponto de vista dos rácios que a Câmara cumpre, vocês



sabem que a Câmara tem os limites legais para poder contrair o financiamento que propõe neste Orçamento. -----

Zonas Altas, a mesma coisa, recordam-se no primeiro Orçamento em que eu ia enumerando os zeros que iam ser investidos, um deles era as Zonas Altas, zero de investimento que havia nesse Orçamento de 2014. Passados 2 anos, em vésperas de eleições vamos lá ter o investimento nas Zonas Altas, é por isso que as pessoas estão fartas dos políticos. -----

Isto é estratégia política praticado por todos os partidos em todo o Mundo, mas esta Câmara nem teve sequer o desplante de disfarçar minimamente, vai toda a carga no último Orçamento, independentemente de poder subir a Despesa Corrente como vemos, há os argumentos de que há custos com o pessoal que subiram mas se retirarmos esse impacto pelo menos manter-se-iam ou subiam ligeiramente, portanto não há descida da Despesa Corrente de 2016 para 2017. -----

O valor em Taxas e Multas que são impostos indiretos também aumenta em 5%, Despesa Corrente em 7% e agora mais uma pérola, os Senhores não estavam aqui nesta Câmara mas provavelmente alguns acompanhar-me-ão na crítica que esta hoje Câmara, antes oposição, fazia que era no investimento na Informática. -----

Sempre que havia um investimento de maior monta no desenvolvimento dos equipamentos informáticos nesta Casa, todos nós na Vereação sabíamos o problema que isso ia ser para explicar as mais-valias daquele sistema informático na melhoria dos processos, e como é que poderíamos explicar à oposição que aquilo era vantajoso para a Câmara. Era um vê se avias de críticas, em que era para dar há empresa X, era sem concurso, que o valor era aldrabado, é que não percebiam para quê que se estava a instalar, não conheciam o software, não tinham maneira de fiscalizar se aquilo estava instalado, para que é que era preciso. -----

Os Vereadores que estão aqui de certeza que se lembram até dos nomes das pessoas e dos fornecedores que instalavam nesta Casa, e não havia nada que se fizesse em investimento em informática que não levasse logo críticas de toda a oposição. -----

Agora a Câmara propõe-se, através da Loja do Muncípe, a nosso ver até ver os resultados finais de forma positiva no melhoramento do atendimento aos Cidadãos, que através do novo sistema informático vão permitir que o Cidadão acompanhe online em casa o estado do seu processo etc., e há muitas mais-valias. Agora pergunta-se novamente porquê críticas durante 30 anos, e agora quando os Senhores fazem já está tudo bem. -----

São estas as dúvidas e é por isso que nós dizemos que apesar de toda a imprevisibilidade da política hoje no Mundo inteiro, este Orçamento era previsível para nós. Nós já dissemos o ano passado que sabíamos que iria aparecer o investimento, que iria aparecer o investimento nas Zonas Altas, que iria aparecer criação de dívida, que iriam agora defender que a dívida é boa quando antes o endividamento era mau e por isto não tem nada de surpresa este Orçamento para nós. -----

Mas porquê que nós, apesar e vocês perguntam, então se o Senhor Deputado está a acabar de dizer que muitas das coisas com as quais concorda e que criticava o PPD/PSD e agora fazem, porquê que vão votar contra este Orçamento? -----

Primeiro foi a razão que já expliquei que o investimento seja feito apenas no último mandato, isto é estratégia política eleitoralista e nós somos contra Orçamentos eleitoralistas, portanto não podemos acompanhar sequer com abstenção. -----

Depois é um Orçamento que aumenta a despesa e mantém a DERRAMA, que já vamos discutir no ponto a seguir, na parte da DERRAMA há uma provisão de menor cobrança em 2017, portanto esta Câmara prevê cobrar menos dinheiro do que cobrou em 2016 e diz assim o texto do Orçamento da Câmara: *a diminuição da DERRAMA a cobrar em 2017 é devido à envolvente económica.* -----

Então a envolvente económica em 2013 quando vocês criaram a DERRAMA não era pior do que hoje? -----

Vocês próprios perceberam que o imposto que criaram sobre as empresas é penalizador, que a envolvente económica está a levar que a cobrança desse imposto seja menor no próximo ano, em 2013 as coisas estavam pior para as empresas e vocês mantêm a DERRAMA? -----

Quando a cobrança de impostos diretos como o IMI e o IMT já superam mesmo com a diminuição de 0,01 a cobrança em DERRAMA? -----

Portanto já não é preciso 1 milhão de euros de DERRAMA para equivaler os impostos diretos que eram cobrados em 2014, 2015 ou até com o cumprimento que vai existir este ano, porque a previsão que vocês têm com a cobrança de impostos diretos para 2017, no IMI e no IMT superam o que vão cobrar em DERRAMA. -----

Portanto teriam toda a legitimidade para dizer passado agora aquilo que vocês invocaram na altura, agora vamos acabar com a DERRAMA. Não, vão manter a DERRAMA e daí que nós somos contra a criação desse imposto, somos contra o facto de continuarmos a penalizar as empresas que vocês dizem que é só quem fatura mais de 150 mil euros, 150 mil euros é um restaurante com 20 mesas e refeições a 10 euros, isso é uma microempresa, portanto vocês estão a cobrar a quase toda a gente a DERRAMA. -----

Senhor Presidente eu termino dizendo que lamento aquilo que se passou aqui hoje nesta Assembleia, não querendo deixar um Deputado falar, aconteceu pior do que aquilo que criticavam quando eram estes Senhores a falar e fico com muita pena que tenha vindo diretamente da Senhora Deputada Guida Vieira, que passou por muito destas coisas e que agora se tenha saltado da cadeira querendo impedir que eu falasse dentro do meu tempo."

--- **A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM** prescindiou de intervir. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu o Senhor Deputado Rui Cortez que a forma como começou a sua intervenção dizendo: "Eu já ando aqui desde 2000, desde há 16 anos por isso é que eu não intervim quando a Mesa me chamou e vou intervir agora", teve um cariz de provocação sendo essa a causa da sua interpelação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para proceder aos devidos esclarecimentos aos (às) Senhores (as) Deputados (as), começando aquele por informar que irá repartir a sua intervenção com o Senhor Vereador Miguel Gouveia. -----

Continuando disse: "Em primeiro lugar eu diria que esta dialética que aqui se fez entre os diferentes Deputados é ótima, nada como as diferenças para as pessoas poderem escolher aquilo que em consciência é a melhor opção. -----

Disse o **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** que *a verdade suplantar a mentira*, mas houve uma contradição da sua parte porque quando, e muito bem, diz que é de respeitar a sua opinião mesmo que discordemos dela, significa que se calhar não há uma verdade e uma mentira, mas há diversas verdades. Há a sua verdade e há a verdade dos outros e portanto aqui não há a questão da verdade suplantar a mentira. -----

Aquilo que há é a avaliação que os Cidadãos farão do desempenho deste Executivo ou do desempenho da Oposição, porque é de desempenho que se fala e permitirá o Senhor Deputado que expresse a minha opinião porque a única coisa que estamos de acordo, é que estamos em desacordo relativamente aquilo que o Senhor Deputado aqui disse. -----

Porque falou em *alienação e ilusão*, precisamente as palavras que eu acho corretas para classificar a Oposição do PPD/PSD, porque eu não meto a Oposição toda no mesmo saco porque tem havido uma postura diferente do desempenho das Oposições aqui presentes. E lamentavelmente vou acrescentar uma palavra que é desilusão, porque eu estaria à



espera que os Senhores que quase 40 anos governaram esta Câmara, até digo Senhor Deputado, com toda a consideração que tenho por si, da sua visão política e da sua experiência que não tem nada comparada com a minha, que pudesse ter aqui o PPD/PSD e não é só para si, as diversas caras experientes seja no Executivo camarário, seja aqui no Grupo Municipal do PPDS/PSD, pela experiência que têm deviam de ter tido outra postura, porque sabe Senhor Deputado quando estamos a falar do último Orçamento deste mandato e quando o PPD/PSD sempre votou contra os Orçamentos, tem toda a legitimidade em votar contra, agora quando não apresenta nenhuma solução ou nenhuma alternativa, peço desculpa mas isso há algo que realmente nos diferencia, porque isso não é oposição, isso é bota abaixo e bloqueio e portanto nesse sentido a atitude de uma Oposição responsável é: muito bem, nós votamos contra por isto e aquilo, mas esta é a nossa alternativa. -----
O que se passa com o PPD/PSD é que não tem uma única ideia para o Funchal, e essa avaliação quem irá fazer será com certeza a população no próximo ano, face àquilo que tem sido o Executivo que tem mostrado uma postura diferente e uma alternativa diferente relativamente ao Executivo anterior. -----

Senhora Deputada Elisabete Andrade não há problema nenhum, ainda bem que há diferenças e aquilo que eu disse na minha intervenção quando se compara, não é numa perspetiva negativa nem sequer se está a personalizar, mas há diferenças e não há medo nenhum nem receio se mostrar as diferenças, eu estaria a errar é se estivesse só a criticar o que aconteceu no passado e não estivesse a anunciar aquilo que de positivo e diferente nós estamos a fazer, e esse discurso positivo eu tenho tido. Aliás se a Senhora Deputada reparar em termos de ataques não resolve absolutamente nada, e deixe-me dizer Senhor Deputado Rui Cortez que não tenha vergonha de ser político, eu não tenho vergonha de ser político, a política é a coisa mais nobre que existe naquilo que é o serviço aos outros, eu tenho muito orgulho em ser político. -----

Senhor Deputado Gonçalo Pimenta distingue-me Professor e Político, eu continuo a ser Professor, neste momento exerço um cargo Político com muito orgulho, naquilo que faço tenho muito orgulho porque temos cumprido tudo aquilo que anunciamos durante a campanha, absolutamente tudo. E isto é o que nos orgulha com as diferenças que existem e respeitamos, nós respeitamos a diferença, agora alienação é o que está neste momento o PPD/PSD num desnorte naquilo que é uma visão completamente negra da Cidade. ----- A Cidade não está perfeita, se estivesse perfeita nós acabávamos por aqui o nosso projeto, mas estamos a fazer para transformar a Cidade para ser uma melhor Cidade e isto é que é a questão. Portanto, esta vossa intervenção de bota abaixo quando chumbam todos os Orçamentos e não apresentam uma única ideia e uma única proposta, só vos trará maus resultados eleitorais, isto é um conselho. -----

Aliás o seu discurso **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** deste negativismo e de que tudo está mal, eu poderia até aconselhar que frequentasse um curso de escrita criativa, nomeadamente há aí um escritor Pedro Chagas Freitas com a apresentação de um livro que é: *Prometo Falhar*. -----

É isso que irá acontecer com o vosso discurso nas próximas eleições, prometo falhar, face à ausência de alternativas, que nós discordaríamos, mas apresentariam alternativas, porque há aqui projetos completamente distintos e é este debate que nós queríamos, de confronto de ideias e de projetos alternativos à Cidade do Funchal. -----

Por isso **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** e **Senhor Deputado Rui Cortez** quando se diz que este Executivo não tinha outra alternativa senão reduzir a dívida, porque existia um PAEL e estávamos obrigado a um PAEL, os Senhores Deputados sabem em que ano é que foi negociado e assinado esse PAEL? - Foi em 2011. -----

Então no ano 2012 / 2013 depois do PAEL ter sido assinado pela anterior Vereação, foi o PAEL mas tivemos também antes o Programa de Regularização Extraordinário de Dívida e

o Programa de Pagamento a Tempo e Horas, tudo para limpar o passivo da Câmara que estamos a falar de endividamento, não é para investimento é para pagar despesa e o que é que aconteceu com o PAEL assinado com esta Câmara, negociado em 2011? ----- É que no ano 2012 / 2013 quando o PPD/PSD ainda cá estava, sabe qual foi a acumulação de dívida que nós ainda cá estamos a pagar com acordos de pagamento? – Quase 20 milhões de euros, e não foi investimento, o que aconteceu foi: continuaram a não pagar eletricidade, continuaram a não pagar ao SESARAM, continuaram a não pagar a Água e acumularam-se em dívida, ou seja aquilo que foi um PAEL de 28 milhões e meio de euros para regularizar a dívida passada, ou seja puseram o conta-quilómetros da Câmara a zero e endividaram-se em despesa em mais 20 milhões e meio de euros, ou seja as práticas do passado continuaram a ser praticadas mesmo depois do PAEL. ----- O que significa que nós estamos a governar diferente, enquanto V. Exas que aqui governaram podiam ter governado de uma forma diferente com a limpeza da dívida e não o fizeram, continuaram com os mesmos tiques, a mesma postura que tinham no passado e por isso em 2012 e 2013, mesmo depois do PAEL, continuaram a contrair dívida e má dívida, continuaram a não pagar aos fornecedores, esta é a diferença e o exemplo da diferença de que existe uma Câmara agora que tem uma postura diferente do que tinha a Câmara anterior mesmo depois do PAEL, e isto que fique bem claro. ----- Depois quando se fala em aumento de despesa da Câmara, meus Senhores, ainda bem que há este aumento de despesa, ainda bem que há outro Governo da República que está a inverter as políticas de austeridade, de corte nos vencimentos, no corte das pensões dos Portugueses nomeadamente dos Funcionários desta Câmara, porque obviamente este aumento de despesa, felizmente nós não temos problemas, para salários e vencimentos, ótimo, é bom sinal de que felizmente também a nível nacional outro Governo tem outra postura e outra visão para o País. ----- Quanto aos Programas Sociais Senhor Deputado, deixe-me lhe dizer que eu não sei onde

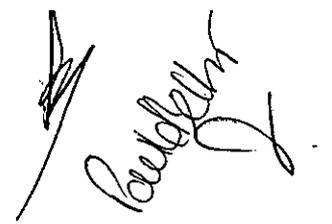
foi buscar essas contas, porque falou em 90 mil euros mas se calhar falta-lhe um zero e vou dizer-lhe números até agosto. -----

Quando se fala que estes Programas são um fiasco não estão a ter em atenção aquilo que é derramado e apoiado para as pessoas, e reparem até agosto, vou pecar por defeito, porque de agosto até outubro já há outros números, até agosto os Programas Sociais da Câmara, no Fundo de Investimento Social, tiveram o valor de 941 mil euros, quase 1 milhão de euros o que significa que o fiasco era não haver estes programas. -----

Portanto cá está o exemplo, aliás neste Orçamento porque acham que nós tivemos que aumentar neste Orçamento de 2017, o Fundo de Investimento Social para 1 milhão e meio de euros? – Porque obviamente 1 milhão de euros não chega para acudir as pessoas. ----

Habitação Social, o **Senhor Deputado Rui Cortez** disse: *era previsível este investimento... que esta dívida até é uma dívida boa... que iria aparecer o investimento*, Senhor Deputado até parece que antes não houve investimento, houve investimento, aliás o ano passado nós tivemos 10 milhões de euros por isso é que este ano duplicamos, mas atenção porque a nossa estratégia como aqui disse no início, foi seguir o rigor financeiro, o pagamento da dívida, arrumar a casa, credibilizar esta Casa para podermos contrair a dívida e atenção é que estamos a contrair este empréstimo para investimento ao contrário do que acontecia no passado, e ainda continuamos a abater dívida, esta é que é a questão, não suplanta Senhor Deputado. -----

Portanto na Habitação Social é verdade que nós vamos resolver um problema de anos, um problema que sempre se falou do amianto e da requalificação dos Bairros Sociais da Câmara, mas nós não estamos só a investir agora nos Bairros Sociais fiquem sabendo que esta Câmara já realizou mais de 200 obras de manutenção nos nossos Bairros Sociais, que equivale a um investimento de 912 mil euros, ou seja, nós investimos em termos de manutenção nos nossos Bairros quase 1 milhão de euros e isto é tão importante porque são pequenas obras, é verdade, mas fazem toda a diferença nas pessoas que ali vivem.



Não são estas grandes obras de Bairros completamente novos como aqueles que vamos realizar, mas fazem toda a diferença nos Bairros que nós temos. -----

Depois quanto aos Bombeiros Municipais, **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** eu vou pedir a sua ajuda porque já falei com a sua Secretária Regional e não resolveu, porque eu não sei se o Senhor Deputado sabe, mas o anterior Comandante que se demitiu não era Comandante dos Bombeiros, era Diretor de Departamento porque já na altura não era possível ter um Comandante porque não há uma adaptação legal à Região, e não é possível nós tipificarmos o nosso quadro para podermos ter um Quadro de Comando. -----

Aquilo que nós temos feito foi dar a volta a isto, mas não é a volta certa, a volta certa depende do Governo Regional e da Assembleia Legislativa na definição da tipificação dos Quadros de Comando para as corporações da Região, esta é a realidade. E deixe-me dizer que quando se fala das viaturas, um exemplo concreto é que em agosto na altura dos incêndios estavam todas operacionais. -----

Mais, o investimento feito no Quartel de Bombeiros tem sido feito e temos inclusive uma nova camarata, portanto o que eu estou a dizer é que tem sido feito investimento que ainda falta fazer mais investimento, nomeadamente no Quartel, mas estamos a fazê-lo. -----

Quanto à Democracia, *a Democracia foi-se*. Senhor Deputado estou em total discordância consigo, porque basta olhar o que era esta Casa no passado e o que é esta Casa agora. O Senhor Deputado por exemplo pode se quiser falar no Dia da Cidade, antes podia? – Não podia. -----

Esta Câmara não tinha e não fazia, por exemplo os Regulamentos desta Autarquia, não iam a consulta pública, ou seja antes de serem aprovados, auscultar a população e entidades para darem sugestões. Eu estou a dar exemplos de casos concretos de melhor e mais democracia nesta Casa, mais, esta Câmara é um exemplo ao nível da Democracia Participativa, de envolver os Cidadãos. Os Senhores podem não gostar do Orçamento

Participativo mas até era bom que as Câmaras que inclusive são do PPD/PSD, eu tenho tentado isso, possam ter projetos deste tipo. Mais um exemplo de Democracia Participativa é o Funchal Alerta, que é uma forma de os Cidadãos participarem e reportarem à Câmara situações que não estão bem na Cidade. -----

Portanto, isto são situações claras daquilo que é uma postura democrática desta Câmara relativamente à Câmara anterior, isto é uma perspetiva de crítica positiva. -----

Plano Diretor Municipal, não estava concluído Senhor Deputado e além de não estar concluído havia lacunas graves, Mobilidade zero, Riscos zero, mais, infelizmente esta situação que aconteceu em agosto só veio dar razão às opções que nós introduzimos aqui no PDM, portanto este Plano não tinha Mobilidade, não tinha Riscos, não tinha Execução e quando se diz que estava feito, não estava. -----

Havia trabalho feito mas não estava de maneira nenhuma concluído, mais, nós temos uma redução exemplar do perímetro urbano que vem de encontro à situação que referi do mês de agosto e no tipo de uso de solo e de classificação de solo. -----

Quanto ao Turismo deixe-me dizer-lhe que quem tem sofrido ataques injustificados sou eu pessoalmente, porque tem sido posta em causa a minha pessoa por parte do Governo Regional e por parte das políticas que têm vindo a ser desenvolvidas neste município relativamente ao Turismo. Portanto, os ataques injustificados não são da minha parte, o Senhor Deputado pode procurar onde quiser quais foram os ataques que eu fiz, eu não disse absolutamente nada relativamente ao Senhor Secretário Regional da Economia, Turismo e Transportes. -----

O Senhor Deputado também aqui referiu, e eu não vejo qual é o problema com o Posto de Turismo que efetivamente é uma mais-valia para a Cidade, reconhecemos que ainda faltam algumas coisas que acertar, nomeadamente a falta de Recursos Humanos mas pôr em causa isto, para mim é inconcebível. -----



Fala-se aqui da definhção do comércio, dos pescadores da Praça que já não existem, repare-se o seguinte, nós temos um Programa de Revitalização do Comércio que tem contribuído e não vamos negar esse contributo, para a melhoria do tecido comercial da Cidade do Funchal. Basta ver as lojas que estavam fechadas e as lojas que estão abertas, uma parte desse contributo é nossa, basta ver os prédios que estavam devolutos e basta ver aqueles que já foram recuperados ou estão em recuperação, basta ver aquilo que é a criação de oportunidades que esta Câmara tem feito e que tem beneficiado toda uma economia. -----

E eu falei dos pescadores por uma razão muito simples, vá falar com os pescadores do Mercado, perceba porquê que são cada vez menos e porque há cada vez menos peixe e converse com o Senhor Secretario Regional do Governo, vá falar com eles e sirva de intermediário fará um excelente trabalho enquanto Deputado da Assembleia Legislativa. -- Quanto a este discurso manifestamente exagerado da questão do lixo, das ruas a cheirarem mal e dos ratos que por aí andam, vamos falar em vez de ratos de ratazanas porque apesar das campanhas de desratização visíveis, até já fomos criticados de tantas tabuletas porque é uma má imagem mas legalmente temos de o fazer, sabe de onde é que surgiram todas estas ratazanas? – Das obras das ribeiras, daquele património que para além do Governo Regional estar a destruir, levou efetivamente que houvesse um aumento de ratos na Cidade do Funchal. -----

Quando se fala na Cidade mal cuidada vamos ser sérios naquilo que vamos falar, nós temos feito um grande esforço no sentido de manter esta Cidade limpa, um esforço feito numa conjuntura difícil, de diminuição de Recursos Humanos, de em termos dos nossos veículos terem já alguns anos e o esforço que estamos a fazer é contratarmos mais pessoas para nomeadamente esta parte operacional, e mais viaturas, como já estão a ser adjudicadas e com prestação de serviços Outsourcing, para colmatar aquilo que tem sido a falta de

recursos internos. -----

Mas é preciso não esquecer que aqui o **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** falou também nesta questão da limpeza da Cidade, e deixe-me dizer que nós temos aqui uma questão que até concordo com o Senhor Vereador do CDS-PP, o Funchal deveria ter uma diferenciação relativamente a outros Municípios da Região. Há aqui os custos de capitalidade que o Senhor Vereador bem fala, há aqui custos que ninguém contabiliza e o esforço enorme que esta Câmara tem que fazer relativamente a outras matérias, porque a pressão aqui é enorme, o Turismo aumentou, ótimo, mas isto também se reflete naquilo que é a exigência de manter uma Cidade cuidada. -----

As vias rápidas e a expresso que se construíram por aí, na verdade tiveram uma consequência que foi aumentar a centralidade do Funchal, a pressão na verdade, aumentou e a isto nós temos que responder e é algo que recai só sobre o Funchal, portanto nestas matérias o esforço tem sido feito, por mais que queiram passar isto. Nós temos recebido e temos sido reconhecidos por uma instituição internacional da União Europeia como é a Bandeira Azula da Europa, nós temos recebido a Bandeira Verde, ou seja, voltamos a receber o Galardão Eco XXI neste ano com mais pontuação do que aquela que tínhamos recebido o ano passado. -----

Portanto, o discurso da desgraça que isto está tudo mal, não cola, há coisas que temos que melhorar e há coisas que têm de ser retificadas, agora que a Cidade está um caos, meus Senhores peço desculpa mas isso na minha visão não corresponde à realidade e eu ando por aí. -----

Quanto à Comunicação Social, Senhor Deputado, isto dava um longo discurso até face àquilo que tem sido a posição do Governo Regional face ao Diário de Notícias da Madeira, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, se lá não encontrou nada, das duas uma, ou estamos a ler Diários diferentes ou então estamos a governar muito bem. -----

E vamos falar de democracia e transparência relativamente a órgãos de comunicação do Continente que vieram cá, coisa que acontecia no passado, sim eles vieram cá e não foi para nenhuma revista cor-de-rosa Senhor Deputado, falaram inclusive consigo e repare que enquanto antes no passado isso acontecia e ninguém sabia, agora nós não tememos está ali transparente e mais não vêm só falar connosco vêm falar com a Oposição e a Oposição tem todo o direito de dizer aquilo que quiser e entender, isto é transparência, isto é outra forma de governar e fazer política. -----

Quanto à **Senhora Deputada Elisabete Andrade**, os 15 anos que eu referi foram dos Bombeiros não foram das Zonas Altas, foi o facto de não terem entrado Bombeiros Municipais há 15 anos. Eu não disse que nada foi feito nas Zonas Altas, aliás o Gabinete das Zonas Altas, concordamos os dois numa coisa que é, não devia ser Gabinete das Zonas Altas, porque a intervenção dele na verdade extravasa aquilo que são as Zonas Altas. Mas também ainda agora recentemente por uma proposta da CDU discutimos isto em Reunião de Câmara, este Gabinete devia ter outra amplitude porque fazer um projeto de arquitetura é muito pouco e muito redutor, quando a seguir as pessoas nem sequer têm dinheiro para fazer um projeto de especialidade e até apoio jurídico para a questão da legalização das próprias habitações, portanto estamos aqui a tentar melhorar. -----

Mas há aqui uma questão que a verdade é que o problema não é fazer o projeto de uma casa, o problema é planear a Cidade e não é o Gabinete das Zonas Altas que o deve fazer e houve problemas graves no planeamento não só das Zonas Altas, mas particularmente das Zonas Altas, porque houve um crescimento desregrado em qualquer plano e o que aconteceu é que as pessoas vão construindo uma casinha aqui outra ali e não têm acessos, não há luz, não há água, não há saneamento básico e quando se autoriza e licencia para construir sem qualquer planeamento dá azo a que depois, como diz a Senhora Deputada, por exemplo não haja estradas, não haja segurança das pessoas, não haja lugar para

estacionar carros e devia de ter havido este planeamento à priori e não à posteriori. -----

Senhor Deputado Gonçalo Pimenta deixe-me lhe dizer sem qualquer dúvida, que se nós tivéssemos maioria absoluta iríamos ter a mesma postura dialogante, democrática e convergente, isso está na nossa matriz, está naquilo que somos e como fazemos, se tem dúvidas disso esperemos que nas próximas Eleições as pessoas nos deem a maioria absoluta e tiramos a prova dos nove. -----

Sobre aquilo que tem sido as propostas do CDS-PP, nós temos convergência e negociamos com quem quer negociar connosco, o PPD/PSD não quer e temos negociado com o CDS-PP, mas a verdade é que depois quem executa as medidas somos nós e às vezes é muito fácil estar a propor, por isso é que nós temos negociação, mas nem sempre depois é fácil concretizar todas as medidas que se quer, isso é o tal populismo que já aqui se falou. Portanto, aquilo que nós temos tido concertado com cautela em execução de medidas, é que sejam viáveis e não ponham em causa a sustentabilidade financeira desta Câmara e que beneficiem as pessoas, é isto que tem sido a nossa postura. -----

Quanto ao Plano Energético, nós temos o Pacto dos Autarcas, não falhou nada, o Plano Energético é até 2020 e portanto está em execução. -----

Quanto às Presidências Abertas, **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** deixe-me dizer-lhe que nós estamos a fazer Presidências Abertas, porque não fazemos só política nas vésperas das eleições, ou durante a campanha eleitoral e quem ficou para trás foi a Oposição que não o tem feito. -----

Quanto à questão das verbas do Turismo de Portugal, não podemos ter esta coisa feia, que é a inveja. O Funchal foi o Concelho que foi afetado na sua zona histórica, na sua zona turística e por isso os outros Municípios tomara que todos recebessem. -----

Agora passo a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia para se quiser, acrescentar mais algumas questões.” -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que explanou o seguinte: "**Senhor Deputado Carlos Rodrigues** em relação ao Pagamento a Fornecedores e à mudança de paradigma que não existiu, de facto existiu e de facto estamos no quarto ano em que não é necessário nenhum resgate, nem nenhum acordo de pagamento para poder fazer face às faturas e também as há sem ser faturas de investimento, há as faturas dos fornecedores de despesa corrente. -----

Falou dos Contrato-programa e da Subsidiariedade e que antigamente nesta Casa se diabolizavam estes Contratos, eu nunca o fiz nem nunca farei. Tive a fazer as contas e tivemos 123 Contratos-programa entre 1992 e 2012, até à entrada do PAEF, não sei se foram todos com voto contra. A verdade é que foram 171 milhões de euros que serviram para infraestruturar rede viária, rede de saneamento básico e rede de águas, também as Zonas Altas e tomáramos nós poder ter o recurso a estas fontes de financiamento novamente como propusemos, para poder continuar a fazer este tipo de investimentos e assim dispensávamos ter que fazer empréstimos de 10 milhões de euros, que circunstancialmente são superiores apenas ao Orçamento de 5 Câmaras e não das outras 10, a saber, as 3 do norte e as 2 da ponte oeste/sudoeste. -----

Também foi apodado aqui pelo **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** que este era um Plano vazio. O Plano pode ser vazio aos olhos do Deputado Municipal mas na prática encerra 20 milhões de euros de investimento entre Zonas Altas, Habitação Social, entre investimento naquilo que é infraestruturas de saneamento básico e não vou repetir o que já foi referido. -----

Senhora Deputada Elisabete Andrade aquilo que falou de denegrir o trabalho feito penso que nunca ninguém aqui denegriu o trabalho, simplesmente gostaríamos era de ter estas condições, por exemplo de ter Contratos-programa para poder voltar a investir nas Zonas Altas cujas carências ainda são evidentes. -----

Senhor Deputado Gonçalo Pimenta em relação à distribuição da riqueza, fico satisfeito por saber que nutre esse espírito de socialismo democrático de redistribuição da riqueza, por aqueles que são mais necessitados numa questão de justiça social, significa que as suas raízes ainda estão no Socialismo Democrático. -----

Em relação à regeneração e reabilitação de pontes este ano tivemos algumas obras de reabilitação de pontes, temos previstas ainda outras nomeadamente na Ponte do Ribeiro Seco, tivemos este ano na Ponte dos Socorridos, tivemos o ano passado na Ponte do Pisão e todos os anos são feitas pequenas intervenções. -----

Obviamente não é de deitar abaixo a Ponte e voltar a reconstruir, isso é substancialmente mais oneroso do que os 90 mil euros que estão previstos para este ano, são intervenções de recuperação, nomeadamente das estruturas. -----

Recordo que do Plano Energético, temos aprovado a instalação de sistemas de mitigação de energia reativa em sete instalações da Câmara, temos um plano de energia também, é o consumo de combustíveis, temos um plano neste momento a ser feito pela AREAM para otimização energética da frota municipal e temos, o que não ocorria no passado, a iluminação pública para poder intervir. -----

Quando estava na IPM não havia a possibilidade das Câmaras de investirem, porque era a IPM que tinha essa competência delegada, agora eventualmente todas poderão ter essa prerrogativa do investimento, que aí sim é um grande potencial de poupança de cerca de 50% das despesas, que são despesas correntes com a iluminação pública que podem ser poupadas ao abrigo deste plano energético. -----

Há que distinguir entre o que é o Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Relevantes. Quando se olha para o Plano Plurianual de Investimentos o que está no PPI é ativo, é algo que constitui despesas de capital, portanto olho também concomitantemente para o mesmo investimento, que não sendo um investimento que



aumento o ativo da Câmara é despesa corrente, e esse sim foi preconizado várias prestações de serviços para a Limpeza Urbana e manutenção de Jardins. -----

A redução referida no Desporto, o Lido por exemplo no ano passado, foi o grande responsável por essa diminuição, porque foi uma obra de 2 milhões de euros e que tem a classificação económica como Desporto, daí esta redução. -----

Os Empréstimos a 20 anos devo dizer que não é caso único, a Câmara já teve empréstimos a 19, 20 e a 30 anos, ainda este ano posso-lhe dizer que no dia 4 de janeiro pagamos o último empréstimo de apoio ao investimento de 7 milhões e meio de euros. A 16 de maio pagamos o outro empréstimo de 6 milhões de euros de apoio ao investimento, foram 2 no mesmo ano, isto eram empréstimos a 16 anos. No próximo, 2017, pagaremos o empréstimo do Montepio Geral no valor de 13,5 milhões de euros. Em julho de 2018 terminaremos o pagamento do Programa Tempo e Horas. -----

Respondendo ao **Senhor Deputado Rui Cortez** o porquê de se só contrair empréstimos este ano, ora se no próximo ano terminam as amortizações de pelo menos 4 empréstimos e em 2018 terminam os acordos de pagamento com a Valor Ambiente, com a IGA, com a José Avelino Pinto, com a MCC Computadores, com a Securitas, com a SITEL e com a EEM, todas elas feitas de 2013 a 2015 as tais faturas de 18 milhões de euros que são despesa corrente, terminam todas em 2018. -----

Como sabem os empréstimos têm um período de carência de 2 anos o que significa que ao contrairmos empréstimos em 2016, só começamos a amortizar em 2018, portanto só começamos a amortizar nos empréstimos quando tivermos estes pagos, 5 planos de pagamentos e 4 empréstimos de longo prazo completamente amortizados. -----

Os Ajustes Diretos falados pelo **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, são todos publicados na base GOV, toda a contratação pública, seja ela concurso público ou ajuste direto são todos publicados na base GOV, portanto acho desnecessária a questão da

publicação. -----

Não podia deixar de concluir sem deixar uma palavra de apreço pelo trabalho que foi feito pelas duas Chefes de Divisão, a Maribel Freitas e a Magda Perestrelo e a todos os Técnicos do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, que fizeram este Orçamento e o facto de ter havido muito poucos apontamentos a nível técnico, demonstra também o bom trabalho que foi feito pelo Departamento.” -----

--- **Votação do Ponto Três - Proposta de Orçamento, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09, Aprovada por maioria** com dezanove votos a favor, sendo dezasseis do GMM e três do PCP/PEV-CDU, dezassete votos contra, sendo catorze do PPD/PSD e três dos Deputados Independentes e quatro abstenções do CDS-PP. -----

--- **Votação do Ponto Quatro - Opções do Plano, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º e na al. c) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09, Aprovadas por maioria** com dezanove votos a favor, sendo dezasseis do GMM e três do PCP/PEV-CDU, dezassete votos contra, sendo catorze do PPD/PSD e três dos Deputados Independentes e quatro abstenções do CDS-PP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Cinco - Mapa de Pessoal para 2017, em observância do disposto na al. o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o qual prescindiu da sua apresentação. -----

Não havendo inscrições para debate deste ponto o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à sua votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia**, por indicação do Senhor Presidente



da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** para apresentar o **Ponto Seis - Lançamento de uma Derrama Municipal sobre o IRC, em observância do disposto na al. d) do nº 1 do art.º 25º e na al. e) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**: "Nós estamos a propor o lançamento de uma Derrama em linha daquilo que foi feito nos últimos 2 anos, aproveito também para clarificar que aquilo que está no Orçamento são regras provisionais, a média das receitas dos últimos 24 meses e em virtude daquilo que aconteceu no primeiro ano, onde foram inadvertidamente lançadas Taxas de Derrama sobre as empresas que estão na Zona Franca, no Centro Internacional de Negócios, houve uma sobre liquidação que foi corrigido nos 2 anos seguintes; daí ter vindo a decrescer no tempo e não face ao critério da envolvente económica ser mais adversa. -----
Naquilo que a Derrama se propõe é 0,5% sobre o lucro tributável das empresas que tenham um volume de negócios, ou uma faturação, superior a 150 mil euros. Nós não estamos a subir ou a descer a Derrama, estamos a mantê-la, daí a questão da estabilidade fiscal que estamos a propor que representa sensivelmente 1 milhão de euros para o Orçamento municipal e que não é facilmente substituível atualmente por outra receita. -----
Devo dizer foi também uma recomendação da Câmara Municipal do Funchal que o Governo Regional repusesse, em linha daquilo que foi mencionado pelo Presidente do Governo Regional à comunicação social, nomeadamente o Diário Económico em 2015, que iria repor o diferencial fiscal em relação à República baixando o encargo para as empresas de 19% na Região para 13,3%. -----
Ora estamos a falar de sensivelmente 5 pontos percentuais que o Governo Regional tem na sua mão para poder baixar a Derrama, aliás na proposta do Orçamento da Região para 2017 prevê-se um aumento da Receita em IRC de 23,3 milhões de euros, ou seja mais de 18,8% que no ano anterior. -----
Portanto, acho que é da mais elementar justiça que o Funchal continue com 0,5% desta

Derrama e que este esforço a existir, como muitas vezes é aqui propalado pela bancada do PPD/PSD, seja feito então em sede do Governo Regional. Podendo baixar um ponto percentual que seja, dá para resolver aquelas que são as vossas preocupações, eu acho que não é qualquer tipo contrário ao investimento estar a lançar uma Derrama de meio por cento sobre o lucro tributável." -----

INSCRIÇÕES: -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD observou o seguinte: "O Senhor Presidente disse há pouco que tinha todo o orgulho em ser político e que eu também devia de ter, mas de facto está muito difícil nos tempos que correm e embora seja pequenino, deu um mau exemplo do que é que deve de ser um político em relação a esta questão da Derrama, que é a dos políticos mal preparados. -----

Eu quando venho aqui intervir faço questão de preparar-me sobre o que vou falar e quando estava a falar sobre a questão da Derrama no ponto do Orçamento, referi que o valor é cobrado sobre a faturação e que qualquer empresa por pequenina que fosse conseguiria faturar 150 mil euros, e o Senhor Presidente interrompeu-me dizendo: *não, é sobre o lucro*. E depois a sua bancada acompanhou-o, portanto ninguém sabia de nada, fui verificar os papéis, porque pensei: sou eu que estou enganado sobre estes 3 anos da Derrama? -----

Vou ler então a vossa proposta para perceberem que é mesmo sobre o volume de negócios: *Fixar a taxa normal de Derrama em 0,5% a cobrar em 2017, para os sujeitos com um volume de negócios em 2016, superior a € 150.000 euros*. -----

Portanto, aquilo que estamos a aplicar é sobre empresas que têm o volume de negócios superior a 150 mil euros, aquilo que eu estava a referir é verdade, qualquer empresa por pequenina que seja vai estar abrangida pela Derrama porque 150 mil euros em 12 meses é pouco de faturação, muitas empresas conseguem faturar isso e muito poucas ficarão isentas e volume de negócios é faturação. -----



Logo, o Senhor Presidente deu aqui mais um exemplo daquilo que eu digo que as pessoas estão cansadas dos políticos. -----

Quando o Senhor Vereador Miguel Gouveia diz que o Governo Regional poderia resolver isto em sede de IRC para as empresas, mas o Governo Regional não criou nenhum imposto novo, aquilo que estamos aqui a discutir é que esta Câmara criou no Funchal um imposto que não existia. Antes de 2014 nunca esta Cidade cobrou qualquer imposto sobre o lucro das empresas e com esta Vereação passou a cobrar, mas vou ler o parágrafo que esta mesma Vereação incluiu no seu relatório do Orçamento de 2017: *A orçamentação da Derrama implementada em janeiro de 2014 evidencia uma quebra estimada na ordem dos 20%, circunstância que deriva da envolvente económica que tem vindo a assolar o País nos últimos anos.* -----

Ou seja, a própria Câmara que considera, e valida como certo, que há uma envolvente económica desfavorável no País e que se reflete nos últimos anos. Foi justamente nesses últimos anos, em que há essa envolvente económica desfavorável, que esta Câmara criou mais um imposto para as Empresas isto não bate certo, é por isto que nós vimos sucessivamente votando contra esta medida e vamos sempre votar contra esta medida e ficarão a saber que um dia voltando a ser esta Câmara de uma cor diferente, esta deixará de cobrar os 0,5% de Derrama sobre as empresas.” -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** refutou: “Eu já tinha explicado a questão do lucro tributável, o que diz aqui é lançar uma Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável. O conceito de Derrama é sempre sobre o lucro tributável, quando se está a falar do universo de empresas que serão abrangidas é que tem a ver com o volume de negócios. -----

Precisamente, Senhor Deputado Rui Cortez é como o mesmo IRC que o Governo Regional mantém voluntariamente 30% acima do que poderia ser, em linha com aquilo que tem o

Continente antes do PAEF. Agora passado o PAEF que foi aumentado o IRC em 6 pontos percentuais, neste momento poderia o Governo Regional desonerar, e espero que faça a mesma diligência que fez aqui nesta Assembleia, junto dos seus correligionários na Assembleia Legislativa para poder em especialidade propor. -----

Mais, esta Assembleia nunca aprovou uma Derrama, mas a Câmara aprovou uma Derrama em 2012 e os motivos foram os mesmos, porque na altura era uma questão de IRS e agora também é uma questão de IRS, foi devolvido o IRS e estamos a compensar com Derrama ou IRC. -----

Portanto, acho que fui claro naquilo que disse e pauta-se por uma proposta que prevê estabilidade fiscal em linha daquilo que fizemos nos últimos anos." -----

--- **Votação do Ponto Seis - Aprovado por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezasseis do GMM e três do PCP/PEV-CDU, dezasseis votos contra, sendo treze do PPD/PSD e três dos Deputados Independentes e quatro abstenções do CDS-PP. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU declarou que relativamente àquela matéria consideram e defendem que existem condições para o lançamento da Derrama numa taxa superior à que vem sendo aprovada, porque tal permitiria à Câmara Municipal do Funchal arrecadar um volume de receitas superior, e dispor de maior capacidade financeira para fazer face às necessidades de gestão e de intervenção do Município. -----

Contudo, julgam que quando se pretende reduzir ou aumentar impostos e taxas há que levar em consideração um conjunto de fatores objetivos, para haver equilíbrio. -----

Assim, embora não seja esta a proposta que defendem votaram favoravelmente a mesma.

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** ao passar para o **Ponto Sete - Participação do Município no IRS, em observância do disposto na al. c) do nº 1 do art.º 25º e da al.ccc)**



do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09, informou que deu entrada na Mesa daquela Assembleia uma Proposta de Substituição ao assunto daquele Ponto, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP. -----

Assim irão votar primeiro aquela proposta de substituição, que se for aprovada, a da Câmara será votada com a substituição incorporada pelo Grupo Municipal do CDS, mas se for rejeitada aquela será votada nos termos originais. -----

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentação do ponto sete, tendo o mesmo referido que não têm nenhuma informação a dar face àquilo que já está definido. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP apresentou a proposta daquela bancada dizendo: “O que o CDS-PP pretende é mais meio ponto percentual, ou seja do ponto de vista orçamental são mais 800 mil euros, aproximadamente, que o Município do Funchal devolverá aos Funchalenses e tendo em atenção que esta é também uma preocupação expressa do Município reconhecida a 29 de setembro de 2016, através da aprovação em reunião de Câmara de uma alteração ao Governo Regional da Madeira, para a reposição fiscal pós programa de ajustamento económica e financeiro da Região Autónoma da Madeira, também temos essa preocupação que é baixar a carga fiscal dos Municípios do concelho do Funchal. -----

Portanto, estamos a devolver neste momento 30% aos Municípios do concelho do Funchal, por isso mesmo achamos que esta proposta de alteração obterá a benevolência dos (as) Deputados (as) Municipais aqui presentes, se assim o entenderem o Município do Funchal fixará então em 1,5% esse benefício fiscal aos Municípios. -----

Se repararem no vosso modelo de declaração do IRS já consta esse benefício fiscal, os Funchalenses este ano na sua declaração periódica do IRS já tiveram esse mesmo

benefício fiscal. -----

Sublinhando a minha intervenção, um agregado familiar com 2 mil euros de rendimento significará uma devolução aproximada em 150 euros anuais, ou seja, as pessoas vão ficar com mais dinheiro, vai existir maior alegria entre as pessoas, circula a economia, as pequenas e médias empresas também agradecem e tudo isso é o que V. Exas pretendem, de acordo com os pressupostos que o Senhor Vereador Miguel Gouveia apresentou do ponto de vista orçamental. -----

Por isso em nome do grupo municipal do CDS-PP, propomos esta proposta de alteração e que se aprove pela maioria dos presentes.” -----

--- Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** passou às votações, sendo votado em primeiro lugar a **Proposta apresentada pelo CDS-PP que propõe a fixação em 3,5% da participação do Município no IRS**, sendo a mesma **aprovada por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo doze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP e três dos Deputados Independentes e dezanove abstenções, sendo dezasseis do GMM e três do PCP/PEV-CDU. -----

Em virtude daquela proposta ter sido aprovada, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Proposta da Câmara**, com as alterações anteriormente aprovadas. -

Por aquela ocasião o **Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente**, interpelou a Mesa para questionar se não estão a votar exatamente a mesma coisa? -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que primeiro votaram a Proposta de Substituição que o CDS-PP propunha à Proposta da Câmara, de seguida vão votar a proposta da Câmara, porque a Assembleia pode ter uma posição diferente relativamente à proposta da Câmara. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** também



interpelou a Mesa para perguntar se o que varia é a taxa? Uma vez que a natureza da Proposta do CDS-PP é a mesma da Proposta da Câmara. -----

--- Para esclarecer as dúvidas entretanto suscitadas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia**, o qual esclareceu o seguinte: “Esta questão reveste-se com a própria natureza daquilo que se está a votar. Quando se trata de matérias como o Orçamento e matérias Tributárias, têm de vir à Assembleia o Orçamento e Empréstimos, mas estes são dos poucos documentos que não podem ser alterados pela Assembleia, a proposta tem que vir da Câmara e votada tal e qual como vem. -----

Propostas de natureza tributária têm que vir sempre pela Câmara, portanto não pode existir uma proposta nova, mas uma proposta de alteração, daí o que se vota é a inclusão daquela alteração na proposta da Câmara.” -----

--- Prestados os devidos esclarecimentos o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à **votação** a proposta da Câmara, **Ponto sete - Participação do Município no IRS**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, doze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três dos Deputados Independentes e três do PCP/PEV-CDU, com a redação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, que a seguir se transcreve: -----

“Considerando que: -----

a) A alínea e), do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, dispõe que constituem receitas dos municípios o produto da participação nos recursos públicos determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes; -----

b) De acordo com o estatuto no nº 1, do artigo 26º do citado diploma, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano

imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS, deduzindo do montante afeto ao Índice Sintético de desenvolvimento Regional nos termos do nº 2 do artigo 69º; -----

c) Nos termos do nº 2, da referida disposição legal, a participação referida na alínea anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

A Assembleia Municipal aprova o seguinte: -----

Fixar em 3,5% a participação do Município do Funchal no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho do Funchal, tendo por referência os rendimentos de 2017. -----

--- Ponto Oito - Taxa Única Anual pela Ocupação do Domínio Público Municipal, em observância do disposto nas als. b), e c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, conjugado com o disposto no art.º 2º do Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/M de 08/01, alterado pelo Decreto Legislativo Regional 34/2016/M de 05/08, o Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, usou da palavra dizendo: "Esta proposta de deliberação visa clarificar a perspetiva da Câmara naquilo que é a Taxa Única Municipal de obrigação, que as concessionárias de distribuição de energia elétrica se obrigam a pagar aos Municípios. -----

De acordo com o Decreto Legislativo Regional 34/2016, alterou o diploma que existia nos últimos 10 anos que conferia a esta Câmara 7,5% das vendas de energia elétrica em baixa tensão no Município do Funchal. O que se está a pretender com esta proposta de deliberação, é clarificar aquilo que foi uma adaptação legislativa que não estabeleceu a metodologia de cálculo, nomeadamente naquilo que diz respeito a um regime transitório da renda anual. -----



A lei que foi aprovada remete para o Decreto-lei 230/2008, que diz: “Os Municípios à data de entrada em vigor deste decreto-lei, (que para o Município do Funchal ocorreu em 2016), se encontram não ao abrigo do estabelecido na Portaria 437/2001”. E esta portaria por sua vez diz: “A reclassificação do Município decorrente do acréscimo da sua densidade e da consequente redução da percentagem sobre o valor das vendas, não pode resultar a imediata redução do valor anual da renda”. -----

Ou seja, aquilo que nós estamos a propor é ao abrigo deste articulado que se mantenha a renda que estava no ano anterior, contando o período de transição de 4 anos que está previsto na lei.” -----

- **Votação do Ponto Oito - Aprovado por unanimidade**, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do GMM, onze do PPD/PSD, três do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Nove - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**, em observância do disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 25º, da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09 e da al. b) do nº 2 do art.º 106º da Lei nº 5/2004 de 10/02, tendo o mesmo prescindido da sua apresentação. -----

--- Não havendo inscrições para debater este ponto o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à sua **votação**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, com trinta e cinco votos a favor, sendo quinze do GMM, onze do PPD/PSD, três do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** passou para o **Ponto Dez - Informação da mgi Sobre a Situação Económica Financeira referente ao 1º Semestre de 2016**, em observância do disposto na al. g) do nº 2 do art.º 25º e da al. d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3/09, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que a passou

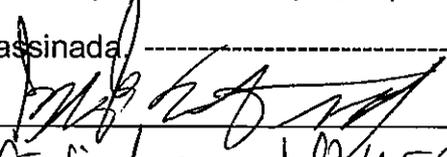
ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, o qual enunciou que aquele documento é o relatório semestral que é feito pelo ROC, que serve para informar à Assembleia daquele que foi o primeiro semestre de dois mil e dezasseis. -----

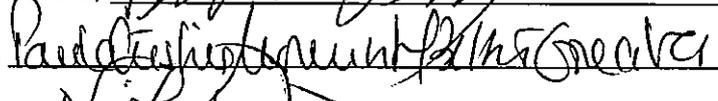
--- Não havendo nenhuma inscrição para análise daquele ponto e não havendo mais pontos a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** antes de encerrar os trabalhos informou que no próximo dia seis de dezembro às dez horas, haverá um Debate Especifico sobre Prioridades de Investimento nas Zonas Altas e Super Altas, suscitado pelo PCP/PEV-CDU.

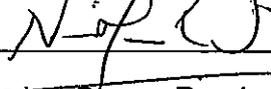
--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

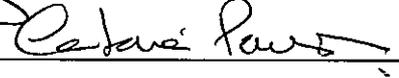
--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada -----

--- O Presidente da Assembleia,  -----

--- A Primeira Secretária,  -----

--- A Segunda Secretária,  -----

--- Fui presente: Catarina Isabel Sousa Pereira,  -----

